

09 a 12 **JUN**
SALVADOR/BA

**SEMINÁRIO NACIONAL DA
PLATAFORMA MROSC &
VI ENCONTRO DAS SIGNATÁRIAS**

Relatoria & Memória

Realização



Apoio



SUMÁRIO

	Pg
Programação	03
Reunião do Comitê Facilitador	04
Seminário Nacional da Plataforma MROSC (Dia 10):	
• Mesa Desafios do Marco Regulatório das OSCs e da relação Estado e Sociedade Civil no Brasil	05
• Tecendo Alianças com o Sistema de Justiça para a Implementação da Lei 13.019/14	11
Sistematização dos principais temas tratados no dia 10	16
Encontro das Signatárias da Plataforma MROSC (Dia 11):	
• Plenária de abertura: Fortalecimento das OSCs e Regionalização da Plataforma.....	17
• Espaços de Construção Coletiva e Rumos da Interiorização – CONFOCO BA e BH.....	22
• Cenários da Regionalização: Avanços, Desafios e Novos Caminhos – Trabalho em Grupos	27
• Socialização dos resultados dos grupos e esclarecimentos	29
Encontro das Signatárias da Plataforma MROSC (Dia 12):	
• Apresentação da síntese dos principais pontos levantados nos trabalhos de grupo.....	34
• Plenária das Signatárias da Plataforma MROSC	34
• Governança e encaminhamentos gerais	38
Encerramento (Um poema).....	39
Organizações e Representações presentes	40
Convidadas(os).....	42
Imagens	43
Resultados:	
• Participantes por Estado, Região, Orientação sexual e Identidade de gênero	45
• Avaliação: respostas e gráficos ilustrativos	46
Contato de E-mail das Representações	52
Peças Gráficas.....	54
Materiais	55
Créditos	56

PROGRAMAÇÃO

Dia 10 - SEMINÁRIO NACIONAL DA PLATAFORMA MROSC	
09h00-10h00	Boas Vindas – Representação da Plataforma BA e Cáritas – Apresentação Cultural Grupo CRIA
10h00-11h15	Desafios do Marco Regulatório das OSCs e da relação Estado e Sociedade Civil no Brasil. Coordenação: Eleutéria Amora (ABONG/Plataforma MROSC/CAMTRA) Convidadas(os): Dep. Federal Afonso Florence (PT/BA, agendado), Dep. Federal Lídice de Mata (PSB/BA, agendada), Dep. Federal Nito Tatto (PT/SP, agendado), e parlamentares estaduais da Bahia
11h15	Café
11h30-13h	Debate
13h00	Almoço
14h30	Cordel do MROSC
14h45 – 16h00	Tecendo Alianças com o Sistema de Justiça para a Implementação da Lei 13.019/14. - Coordenação: Laís Figueiredo Lopes (Assessora Jurídica da Plataforma MROSC) Convidadas(os) a confirmar: Déborah Duprat (Ministério Público Federal); Dra. Ivana Luckesi (Procuradora do Estado/ PGE BA); Dr. Rafson Saraiva Ximenes (Defensor Geral / BA)
16h00	Café
16h15-17h30	Debate
Dia 11 - VI ENCONTRO DAS OSCs SIGNATÁRIAS	
09h00 – 10h30	Plenária de abertura: Fortalecimento das OSCs e Regionalização da Plataforma Representação do Comitê Facilitador e da Secretaria Executiva da Plataforma MROSC Convidada: Assessora do Programa de Cooperação União Europeia - Brasil, Denise Verdade
10h30	Café
10h45 – 12h30	Espaços de Construção Coletiva e Rumos da Interiorização - CONFOCO BA e BH
12h30	Almoço
14h00 – 16h30	Cenários da Regionalização - Avanços, Desafios e Novos Caminhos Trabalho em grupos
16h30	Café
16h45 – 17h30	Socialização dos resultados dos grupos e esclarecimentos.
18h30	Contratemperização
Dia 12 - VI ENCONTRO DAS OSCs SIGNATÁRIAS	
08h30 – 09h00	Apresentação da síntese dos principais pontos levantados nos dias anteriores
09h00 – 10h30	Plenária das Signatárias da Plataforma MROSC
10h30	Café
10h45 – 12h00	Governança e Encaminhamentos Gerais
12h00 – 12h30	Avaliação e encerramento
13h00	Almoço

Dia 09-REUNIÃO DO COMITÊ FACILITADOR

O Comitê Facilitador (CF) se reuniu em Salvador na tarde do dia 09 de junho para alinhar os últimos detalhes do Seminário Nacional da Plataforma MROSC e do VI Encontro das signatárias.

O CF é parte da estrutura de governança da Plataforma, que conta com o Encontro das Signatárias, uma Secretaria Executiva e uma Secretaria Operativa. O Encontro das Signatárias funciona como uma assembleia geral da Plataforma, órgão máximo de deliberação das signatárias, que define sua estrutura de governança, extrai as principais deliberações e recomendações estratégicas e elege as OSCs integrantes do Comitê Facilitador. O Comitê Facilitador, formado por organizações eleitas pelas Signatárias para dinamizar e coordenar politicamente ações da Plataforma, define as



estratégias de atuação, supervisionando-as e colaborando com sua implementação por meio de discussões contínuas via e-mail, e reuniões teleconferência para decidir questões pontuais, além de reuniões presenciais sempre que há pauta mais complexa de deliberação. As representações regionais da Plataforma são ligadas ao Comitê Facilitador e têm o papel de dinamizar a agenda comum do MROSC na respectiva das regiões, ampliando e fortalecendo a rede nos níveis locais. A governança da Plataforma é formada ainda pela Secretaria Executiva, que delibera sobre as questões ordinárias de atuação do dia-a-dia da Plataforma, dirigindo a execução das ações deliberadas nas estratégias do Comitê Facilitador e nos Encontros Anuais das OSCs Signatárias. Já a Secretaria Operativa tem o papel de operacionalizar as ações políticas da Plataforma, sediando suas operações gerais de comunicação, articulação e organização da agenda e deliberações da Secretaria Executiva, o que inclui o gerenciamento do e-group de Signatárias da Plataforma, das mídias sociais com atualizações regulares, além da administração do site da Plataforma.



DIA 10 - SEMINÁRIO NACIONAL DA PLATAFORMA MROSC

Boas Vindas



Eliana Rolemberg (Plataforma Bahia e Comitê Facilitador), abriu o Seminário e, pelas boas vindas da Plataforma do Estado, trouxe as/os jovens dinamizadores do CRIA –

Centro de Referência Integral de Adolescentes, que realizaram uma apresentação versada falando sobre direitos.



Desafios do Marco Regulatório das OSCs e da relação Estado e Sociedade Civil no Brasil.

Coordenação: Eleutéria Amora (ABONG/Plataforma MROSC/CAMTRA)

Convidadas(os): Dep. Federal Afonso Florence (PT/BA), Dep. Federal Lídice de Mata (PSB/BA), Dep. Federal Nilto Tatto (PT/SP), Dep. Estadual Marcelino Galo (PT/BA).



Após a abertura da mesa por Eleutéria Amora (Diretora Executiva da ABONG/Plataforma MROSC/CAMTRA), o Deputado **Marcelino Galo** deu as boas-vindas em nome da Assembleia Legislativa e agradeceu o convite.

Destacou o gigantismo de Eliana, comentando que um convite dela é irrecusável e que se sente privilegiado por seu convite.

O Marco Regulatório é um tema crucial, pela conjuntura que estamos vivendo, especialmente pelas denúncias que constantemente

estão aparecendo. Estamos vivendo o momento de criminalização dos movimentos sociais e ONGs com objetivo de combater aquelas que são sérias. Não imaginávamos viver esse momento. Como Deputado Estadual, Galo participa da discussão da transformação em Lei do Decreto de

regulamentação da Lei 13.019, para dificultar a destruição do que já avançou. Dentro da assembleia estão trabalhando essa lei. É preciso retomar nossas lutas pelas nossas pautas, conclui Marcelino, que se colocou à disposição para fazer avançar essa pauta, incluindo também a bancada do PT.



Afonso Florence começa sua fala dizendo que estamos vivendo um cenário de incerteza – não temos nitidez do desenlace da conjuntura atual. O que sabemos é que existe um ataque ao MROSC, às organizações, às políticas públicas e aos orçamentos estaduais.

O propósito é enxugar o gasto público pelos gastos sociais para destinar os recursos para o correntismo. O ajuste fiscal não será resolvido com carga tributária regressiva e sim com queima de ativos. Alienação de empresas estatais pelo valor do lucro anual. Do outro lado, a gestão da dívida pública sofreu uma mudança muito profunda e só cresce juros dividendos, o que não é favorável ao interesse público e sim ao rentismo.

Observa-se também o crescimento da influência dos interesses das corporações do setor mineral e

especialmente da cadeia de petróleo e gás.

Considera importante refletir mais radicalmente a raiz da disputa e como estão sendo atacados a Plataforma e as organizações sociais. Está se desenhando um cenário mais incerto do que na época neoliberal. Devemos disputar o desenlace. Devemos lutar pela preservação das conquistas.



Lídice da Mata deseja todo sucesso para o evento, agradece as palavras introdutórias de Eleutéria Amora, agradece a Eliana e reconhece que é uma formadora no ativismo social.

Faz alguns destaques em relação à experiência pessoal no debate das OSCs. Na constituição de 88 houve um processo de transformação da vontade de participação dos movimentos sociais nas consultas populares para a construção das novas regras para a sociedade brasileira, por isso



a constituição é conhecida como cidadã. Daquele momento ficou muito firme a ideia de que essa participação não poderia mais parar de acontecer, se tornando uma constante na construção das políticas públicas brasileiras. A sociedade teve que se organizar para a participação na organização da sociedade e para solucionar seus problemas.

As organizações furaram a bolha da política tradicional e fizeram crescer o nível de consciência frente aos poderes dominantes. Por outro lado, surge o movimento de contestação desses movimentos. Radicalizaram no projeto da previdência para ter espaço de negociação. Tiraram Bolsonaro de cena e deixaram Guedes. Esse processo tem como o objetivo a blindagem do presidente da república.

Debates

Ao se formar pela segunda vez a Frente Parlamentar nossa responsabilidade aumenta muito porque precisamos subsidiar com informações e provocar os diálogos e debates.

Desafio grande de nos conectarmos com as organizações locais para divulgar a nova legislação. A Frente deve discutir a implementação pelos municípios. Existe um espaço de diálogo com a base, que nos cria um ponto de contato. Devemos ir (Plataforma e Frente) aos estados que não tem a regulamentação da lei e verificar o que está acontecendo. Estão usando ainda o instrumento convênio?

Não enxerga uma agenda MROSC dentro do congresso. Nossa agenda é financeira. Atualmente, há ataque às isenções tributárias e à imunidade. Temos dificuldade de acessar o que está acontecendo na câmara em relação a PEC 25 que trata dessa questão. Adicionalmente, tem-se as questões da simplificação e incentivos fiscais, além de outras questões que vão se acrescentando na lista de dificuldades que as organizações enfrentam. Como exemplo, tem-se a imposição da certificação digital a todas as organizações de cooperativas.

Comentários

Nilto Tatto diz que o MROSC é para facilitar a relação da sociedade civil com o estado – azeitar essa relação com reconhecimento do papel da sociedade civil pelo estado e pela própria sociedade. Nunca devemos perder a dimensão política para não ficar restrito à discussão burocrática. Devemos conjugar o conteúdo da sociedade civil com o significado do papel da sociedade civil no controle das políticas públicas .

A Frente Parlamentar só tem sentido se vier organizada pela sociedade para se ter uma estratégia de atuação dentro do congresso. Pauta e estratégia têm que vir das OSC.



Nessa legislatura há um número expressivo de parlamentares que atuam nas pautas de defesa dos animais e devemos nos aproximar.

Estamos vivendo uma conjuntura de ataques mesmo. Devemos sempre pensar em politizar esses processos em relação a importância das OSCs, relacionando-as com o público que atuamos, que é sua razão. Sabe-se que não é fácil, porque deve-se executar os projetos e também atuar na captação de recursos. É um trabalho permanente a ser feito e não deve se restringir à pauta burocrática.

Interação dos participantes

Sobre a agenda, devemos abordar a discussão mais ampla da contratualização. Um dos temas é a sustentabilidade das OSCs. Esse tema será fortemente impactado pela reforma tributária. Devemos levar uma proposta.

Estamos num momento de resistência e retrocessos. Infelizmente demos passos para trás, especialmente na liberdade de associação. Devemos defender a nossa existência para que tenhamos uma democracia.

Como acompanhar tudo isso? Por um lado, há uma agenda do executivo complexa e difícil de acompanhar porque legisla por decreto sem se preocupar com o que está previsto na legislação. Outros atos infralegais também estão acontecendo dentro dos ministérios. Vários questionamentos dentro do Executivo, muita insegurança jurídica. Devemos pensar em uma estratégia de como acompanhar esses processos dentro do Executivo.

Afonso Florence começa pela natureza da Frente Parlamentar. Devemos desenhar a política dessa Frente com cuidado para não contribuirmos para os ataques ao MROSC. A pauta deve ser a valorização das entidades. Ter uma agenda de trabalho da Frente que não é só proselitismo. Deve ser uma frente que seja suficientemente ampla para ter votos nos processos parlamentares. Precisamos saber as diferenças entre os decretos estaduais para entender se há obstáculos. Devemos ir em RN, PB, AM para entender o que está acontecendo e porque até então não regulamentaram a Lei. Se nesses estados que não há regulamentação, devemos ver qual o instrumento que estão utilizando: será convênio? Como Frente devemos fazer contato para concluir.

Sobre participação, temos que reforçar a importância do Legislativo. A MP 870 saiu no início do ano e trouxe uma nova competência para a Secretaria do Governo em relação às OSCs. Pela mobilização das OSCs tivemos uma vitória porque o texto caiu e foi substituído por outro meio termo. Ainda que tenhamos um cenário difícil, observamos um ponto de esperança, o Legislativo. Devemos apostar nele.

Na lei, temos o CONFOCO nacional. Devemos pensar como provocar o Executivo uma vez que estão resistivos à existência dos conselhos nesse momento?

Temos a necessidade de acompanhar os municípios. Quem está no estado sabe que o exemplo da BA é pequeno em relação ao estado todo. Nos municípios a tragédia ainda é enorme. Existem demandas específicas que precisam ser tratadas e podem servir como experiência para outros estados:

- 1) Temos a Lei, mas no exercício dela temos diferentes interpretações. BA tem uma portaria do Ministério Público do estado penalizando fortemente os gestores ao implementar a Lei. A Frente deve ajudar os governadores frente aos prefeitos.
- 2) A agenda precisa sair do legalismo. Precisamos olhar a lei e o que é a organização da sociedade civil no parlamento. Precisamos trazer para o MROSC as organizações pequenas que não tem acesso as informações e vão sofrer maciçamente na implementação da legislação e por isso acham que a lei veio para atrapalhar. Precisamos de espaço de formação mas também de articulação para fortalecer as organizações pequenas.

Importante olhar no olho e debater presencialmente com os parlamentares.

Traz outro debate, o governo federal publicou a PEC do limite dos gastos que impactou dentre outras, a política da infância no Brasil. Nesse ano teve o decreto 9759 que extingue os conselhos. CONANDA ficou fora porque foi criado por lei mas o movimento que o governo está fazendo é o de asfixia. A primeira medida foi contingenciar recursos. A proposta é que a Frente Parlamentar também se aproprie dos debates dos conselhos. Tem um grupo de parlamentares que estão nesse debate. Especialmente a deputada Erica Kokay.

Talvez pensar no descontingenciamento desses recursos.

Fica claro que a plataforma não é a lei 13.019 e a Frente não deve ficar rodando nessa lei. Devemos cobrar do executivo federal em relação aos municípios. Não temos pernas para acompanhar os 5.000 municípios.

A lei foi uma das reivindicações da Plataforma para regular a relação estado e sociedade. Ao longo do

processo foram criadas excepcionalidades que deixaram de fora vários segmentos. De certa forma devemos pensar como mudar a 13.019. Temos uma agenda ampla e não podemos dizer que a Lei é nosso sonho de consumo. Ao ser a lei nacional aumenta nossa responsabilidade.

Como, estrategicamente, podemos alimentar a frente com as questões e informações?

Devemos ter essa frente com a maior pluralidade possível. Nessa pluralidade, que outras iniciativas dentro do congresso poderiam ajudar? Tem-se a caravana do FONIF. Com mais de 300 pessoas, numa agenda de 2 – 3 dias, conversando com os parlamentares para não mexerem nas organizações filantrópicas.

Sobre a agenda legislativa – PL 6660 tramitou recentemente proibindo o repasse para organizações com o argumento de combater o terrorismo. De fato é um processo de criminalização.

Como interiorizar o MROSC especialmente nos municípios de pequeno porte? Um dos debates importantes é como levar os decretos municipais para dentro das câmaras legislativas.

O e-social juntando previdência, trabalhista, gerou um outro complicador para as organizações. São desafios, como esse, que aparecem constantemente.

A Frente Parlamentar será lançada dia 03 de julho. Faltando confirmar a coordenação.

Afonso Florence agradece as contribuições e tentará dialogar com todos.

De fato o financiamento das entidades é um tema para além dos termos de fomento e colaboração.

A lei trouxe a possibilidade de remuneração dos dirigentes. Essa questão sempre volta quando a OSC não é filantrópica. Tem uma portaria interministerial que inclui os dirigentes como despesa de pessoal. Temos que monitorar. Esse com certeza é um tema que deve ser atacado.

Se há chamamento público há transparência. Assim sendo, é normal que apliquem aos servidores regras para atos de improbidade administrativa.

A extinção dos conselhos é um compromisso desse governo. O desmonte também. A tendência é que o governo continue nessa linha de ataques e desmontes. Mas essa é uma agenda para a Frente Parlamentar.

Está tramitando a proposta da reforma tributária. Dentro do PT tem o NAP que estão, nesse momento, discutindo a constitucionalidade da reforma tributária. Analisando o IVA. Precisamos analisar o impacto nas organizações sociais.

Nilto Tatto

Devemos ter um colchão de proteção para ajudar no diálogo com outros segmentos. Quem está na mira da perseguição e da criminalização é quem está atuando na defesa de direitos.

Durante os governos Lula e Dilma o tribunal de contas trabalhava 24 horas por dia para criar confusão. Não devemos perder a dimensão política, nunca. Talvez tenhamos, dentro da burocracia, pessoas que precisam de capacitação. Por outro lado, não podemos esquecer a dimensão política - querem, a todo custo, acabar com a participação.

Tem que ter o espaço político independente do tamanho da organização. Favorável de conversar e ter uma proposta com o foco de informar que as OSCs são importantes para a democracia e para o país pelo conjunto de trabalho que realizam independente de seu tamanho. Assim sendo, devemos estar dentro do orçamento. Devemos fazer o debate e intervir.

Devemos dialogar para ver quem da sociedade civil deve fazer parte da Frente. Devemos construir um planejamento destacando a razão da existência da Frente para a sociedade e explicitar no momento do lançamento.



Após o almoço do dia 10, o Seminário da Plataforma MROSC recebeu Zezão de Castro, que trouxe o Cordel do MROSC.

Zezão nasceu em Itabuna em 1975. É jornalista, cordelista, diretor, roteirista em audiovisual e mestre em Cultura e Identidade pela Universidade Federal da Bahia. Na foto ao lado Zezão está acompanhado de Lucas Seara (à esquerda), Assessor Técnico do Projeto da Plataforma MROSC.

(Clique na imagem do cordel para baixá-lo.)



Tecendo Alianças com o Sistema de Justiça para a Implementação da Lei 13.019/14

Coordenação: Laís Figueiredo Lopes (Assessora Jurídica da Plataforma MROSC)

Convidadas(os): Dra. Ivana Luckesi (Procuradora do Estado/ PGE BA); Dra. Livia Almeida (Defensora Pública e Procuradora da Defensoria Pública)



Foi passado um vídeo da Procuradoria Geral do Estado da BA que mostra sua atuação junto as OSCs (Clique [aqui](#) para assisti-lo).

Dra. Ivana Luckesi - É um prazer falar da PGE sobre o MROSC num momento importante para fortalecimento da democracia. No final das contas ninguém sabe mais que ninguém. É muito bom estar conosco para poder aprender. Parabeniza o cordel. Ficou encantada.

Trabalha com as parcerias, é procuradora assistente e também do núcleo para área social. Assim sendo, está em contato diário com os municípios.

Quando a lei foi publicada construíram um GT. Representou a procuradoria nesse grupo que tinha como objetivo viabilizar o MROSC no estado.

Foi uma caminhada de muito aprendizado.

Na primeira reunião que participou sofreu um choque ao perceber que os membros da sociedade civil dominavam o assunto e, naquele momento, já apontavam as dificuldades sentidas e observadas. Saiu da reunião com vontade de suprir essa deficiência. Teve que estudar para a PGE poder contribuir com substância.

Iniciaram discussões dentro da PGE, dentro do CONFOCO e redigiram instrumentos juntos fazendo apontamentos. Depois da publicação do decreto inicia-se o processo de divulgação nos ambientes e passaram a ouvir a repercussão e as dificuldades que precisam, ainda hoje, ser superadas. É um trabalho sem fim, exercício e luta diária.

A PGE é uma ponte entre o estado e a sociedade civil. Fazem participação nos diversos espaços, respondem as consultas feitas por diversas secretarias para entenderem na nova lógica que a lei traz. As mudanças de fato não acontecem somente com a lei, precisamos sustentar a transformação com ações diárias.

O trabalho da PGE está indo além da análise jurídica, estão realizando assessorias diversas. Precisamos entender os fundamentos da lei e sensibilizar os gestores de sua importância. Precisam avançar com tribunal de contas e outros órgãos. O diálogo não é fácil nem tranquilo. Assim sendo precisam do apoio institucional da PGE para avançar nesses diálogos.

Estão recebendo as primeiras prestações de contas dos primeiros termos de fomento e colaboração trazidos pela lei. As secretarias estão apresentando dificuldades nas análises. Com essa realidade fica claro que prestação de contas é um ponto muito sensível, especialmente pela interpretação da lei. Estão interpretando como se a legislação não tivesse mudado. Estão seguidos os regramentos dos convênios.

Percebe-se que há uma demanda grande por capacitações para os servidores das secretarias estaduais. A sociedade civil também precisa ser capacitada. Dificuldades grandes sobre instrução processual. Estão elaborando um plano de capacitação, a grande luta é incluir a sociedade civil uma vez que o estado da BA possui a lei de instrutoria que não permite que a sociedade civil receba a capacitação e seja certificada. Essa lei exige o mínimo 10 servidores públicos em sala. Existem uma série de questões que estão sendo discutidas para avançar no planejamento da capacitação. Tem planejado uma oficina para trabalhar a lei de instrutoria e sair desses entraves.

É importante a participação ampla para elaboração dos instrumentos. Eles podem ser mudados porque só na prática se percebe o que precisa ser alterado. É importante manter esse diálogo. Se coloca a disposição para tirar dúvidas. Faz questão de ouvir. Solicita que todos analisem os editais e instrumentos para dar retorno do que precisa ser alterado diante da prática diária.



Dra. Lívia Almeida - A Defensoria Pública tem total intenção de abrir as portas para as demandas do MROSC. Importante debater o tema de participação popular nesse momento do agravamento das diferenças sociais.

A Defensoria Pública, enquanto instituição, é a instituição permanente para a garantia e efetivação dos Direitos Humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados. Tem como afirmação a permanência do estado democrático de direito e previsão constitucional da gratuidade da justiça. Tem como acompanhar os processos realizados e também promover processos de capacitação. Se colocam a disposição para

Debates

Em relação as questões apresentadas pela PGE é importante lembrar a parceria que se estabeleceu na elaboração do decreto. Foi também realizado reuniões técnicas e apresentada a necessidade de se realizar reuniões regulares mas, infelizmente, tudo parou.

Na consulta sobre os editais a plataforma enviou contribuições. Desde 2018 estão trabalhando na proposta de se apresentar um PL para ir além do decreto. Foi iniciado o processo com a assessoria jurídica do deputado Marcelino, a proposta foi trabalhada pelo CONFOCO mas estão aguardando o entendimento da área governamental para poder apresentar. A PGE está sabendo desse PL e o analisou?

Em relação a Defensoria Pública, quer saber sobre as orientações de alteração dos estatutos e também sobre as cobranças das taxas de registro nos cartórios. Sofrem com a privatização do cartório. Que a Plataforma venha a sensibilizar os pequenos municípios e também os cartórios para



fortalecer os vínculos porque possuem os mesmos objetivos. Ainda não tem trabalho com as organizações.. Na insegurança estão orientando que as organizações apresentem suas demandas, por escrito, para a PGE para que fique registrado e, assim promover o aumento dos entendimentos.



favorecer a legalização das entidades. A defensoria sempre esteve junto dos trabalhos e agora estão juntos para ajudar no processo eleitoral do CONFOCO.

A representação da União Europeia apresentou o insucesso do convênio com o estado da Bahia por conta da burocracia existente. O convênio foi executado por 12 meses e paralisou por mais de 60 meses. Deve-se pensar em como ajudar o governo da BA a estabelecer melhores formas de executar recursos internacionais para evitar devoluções.

Nos municípios a realidade é muito difícil. Os processos desenvolvidos no estado não se adequam aos municípios pois a realidade é bem diferente. Os municípios precisam avançar muito e a plataforma tem muito a contribuir. Como a PGE pode avançar para os municípios? Conhece municípios que deixaram de firmar parcerias com as OSCs pela insegurança jurídica instalada. Solicita que faça encontro com os municípios para esclarecer os procedimentos.



Comentários

Dra. Ivana -

Temos que refletir até que ponto a Lei estadual é necessária. Se não estiver contemplado na Lei nacional, aí sim deve avançar. Precisamos ouvir a PGE. Nos próximos encontros deve estar presente. A preocupação é a fundamentação da importância. Deve-se pegar a premissa e acompanhar a evolução. Tem também que submeter a avaliação pela técnica legislativa. Porque quando chegar na PGE já tem o conhecimento do processo e as instâncias foram todas ouvidas. Se colocam a disposição para contribuir.

Parceria com a União Europeia precisa ser conversada com Denise para entender o que aconteceu para desatar o nó dessa parceria. O processo quase sempre não revela tudo. Surpreendentemente uma reunião muda tudo. Quer entender o que de fato aconteceu. A instituição é AVIS NE. Considera muito grave não ter apoio por conta da burocracia. Precisamos avançar.

Tem a preocupação em contribuir com os municípios. Observam-se dificuldades com as secretarias que tem plano de capacitação e gestão, imagina os municípios que não tem esse

planejamento. Vão procurar estabelecer dentro do plano de capacitação a proposta de avançar para o interior do estado, nem que para isso tenham que fazer via EAD. É viável e precisamos explorar.

Sabe-se que todo processo de capacitação apresenta custo e exigência de pessoal. Hoje o quadro de instrutores está reduzido. Na procuradoria tem somente três procuradores com competência técnica para capacitação. A demanda é grande e com a limitação de recursos (humana e financeira) devem utilizar da tecnologia pode resolver isso. Os gestores devem enviar ofício para o CONFOCO apresentando suas demandas porque só assim podem fazer esse movimento.

Em relação a prestação de contas, há dois dispositivos que estão pegando: execução financeira e do objeto. No decreto fizeram transição – até 250.000 só olha a prestação contábil se não alcançar o objeto, acima desse valor os dois são analisados. A orientação é que só analisa a contábil quando tem indícios de alguma irregularidade. A discussão é até onde podemos avançar com a análise de prestação de contas? As secretarias estão inseguras. O TCU

analisou um recurso que deixou claro a recomendação que analisem todas as notas independente da previsão da Lei 13.019. Diante dessa decisão do TCU fica claro que não será fácil.

O estado deve definir sua prioridade e como vai chegar ao objetivo, se com a sociedade civil ou não. Para tanto, deve-se debruçar esforços e atenção na construção do plano de trabalho. Defende que o plano de trabalho deve ser construído com diálogo. Muitas vezes existe uma assimetria de informações e o entendimento é diversificado, o que pode atrapalhar nesse processo. Construir indicador é difícil e complexo. Veem dificuldade das secretarias em analisar o alcance dos resultados. Só resolveremos isso com capacitação para que todos falem a mesma

linguagem em termos conceituais. Isso é urgente. Em BH estão tentando seguir as normativas da lei, ou seja, prestação de contas por resultado. Os desafios são muitos, mas tem dado certo. Tem tentado inspirar outras iniciativas. No primeiro ano focaram em planejamento, agora estão focando em monitoramento e avaliação. Observa-se que nos municípios há um desconhecimento da Lei e estão preferindo seguir o que já estão acostumados, ou seja, outros procedimentos (Convênios).

O PSOL se coloca a disposição, seja no estado ou no congresso, para atuar junto nos desafios apresentados pela Plataforma. Destaca a importância de envolver o conselho federal de contabilidade nessas discussões para entender a Lei 13.019 e influenciar os processos.



DIA 11 - ENCONTRO DAS SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC



O dia começou com a sistematização dos principais temas tratados no Seminário Nacional da Plataforma MROSC, apresentada por Aline Viotto e Igor Ferrer, respectivamente representando GIFE e Caritas Brasileira

A primeira mesa com a presença dos deputados abordou o cenário adverso, a conjuntura política, realidade da sociedade civil, retrocesso político e ataques às organizações.

Marcelino trouxe uma visão mais otimista de como poderia ser a agenda do MROSC. Destaque para que a ameaça dos conselhos já está posta. Reconhece a importância da atuação em rede para impedir novos retrocessos e dar continuidade aos trabalhos e diálogos para implementação da agenda MROSC.

A Frente Parlamentar será o espaço de participação da sociedade civil no parlamento, para tanto precisará do envolvimento das OSCs para poder impulsionar a agenda.

Quando se fala da diversidade dentro da sociedade civil pensar em incluir as filantrópicas. No nível estadual da BA transformar o decreto em Lei.

Desafios apresentados: 1) Pequenas organizações - como contratualizar com o poder público diante das dificuldades e desafios. 2) A plataforma precisa se conectar com as organizações com atuação local.

Durante a tarde a mesa foi mais focada na discussão do MROSC com a PGE e Defensoria Pública.

Trouxeram a realidade de como as instituições que representam enxergam o MROSC.

O desafio principal está sendo a prestação de contas. Dificuldades apresentadas: 1) apresentar somente a prestação de contas pelos resultados; 2) implementação dos órgãos de controle. Precisa de um alinhamento com os órgãos de controle e 3) processos de capacitações em conjunto com servidores públicos e membros das organizações da sociedade civil.

Importância de escutar a interpretação do MROSC nos diversos ambientes e manter o diálogo com os diferentes entes públicos, incluindo os cartórios. Há um excesso de burocracia administrativa que onera as organizações.

Desafio do reconhecimento do acesso da gratuidade na Defensoria Pública e pelos núcleos de práticas jurídicas e a própria OAB.

DIA 11 - ENCONTRO DAS SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC

Plenária de abertura: Fortalecimento das OSCs e Regionalização da Plataforma

Daniel Rech, representando o Comitê Facilitador;

Camila Veiga, representando o Projeto “Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC”;

Denise Verdade, Assessora do Programa de Cooperação União Europeia-Brasil.



Histórico da Plataforma MROSC - Daniel Rech

Dentro das últimas décadas de nossa história, há de se destacar como primeiros após a redemocratização, os esforços conjuntos na defesa e articulação das OSCs realizados no decorrer da ECO 92¹, no Rio de Janeiro.

Múltiplas organizações se reuniram em evento paralelo, onde se tentou aglutinar e construir uma iniciativa conjunta. A maior parte das organizações presentes era de ambientalistas (em torno de 1.200 organizações), mas também outras, dos mais variados setores de atuação social estavam presentes. Havia a ideia de constituir iniciativas que aglutinassem as organizações, porém isso não ocorreu, por uma série de fatores. O debate inicial, porém, resultou, de alguma forma, na lei das OSCIPs e OSs.

Nesta mesma época, dentro do mesmo esforço, foi criada a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. A ABONG tem, a partir daí, participação significativa nos debates e iniciativas para o fortalecimento das OSCs.

Do ponto de vista da relação Estado – Sociedade Civil, mesmo que a mesma tenha se desenvolvido de forma uma tanto auspiciosa, não se consolidou nos anos seguintes. Desenvolveram-se alguns debates no que se refere a políticas e recursos públicos, mas sem uma legislação mais consistente e abrangente. Afora a Lei das OSCIPs, começam a aparecer Decretos, Instruções Normativas e Portarias Ministeriais que vão em direções diversificadas e muitas vezes conflitantes. Neste cenário

¹A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro e Rio 92, foi uma conferência de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas e realizada de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro.

Emerge a necessidade urgente de criação de legislação única. Neste meio tempo, algumas organizações, como a Cáritas, outras pastorais sociais, a Fundação Esquel Brasil, tentam apresentar alterações nos projetos anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para tornar mais fluida a transferência de recursos na execução das políticas públicas, mas sem êxito.

Assim mesmo, a atuação das OSCs chama a atenção de setores conservadores do Congresso e da Sociedade, o que desencadeia um processo de criminalização das mesmas, o que perdura, com altos e baixos, até hoje. Especificamente, são sinais desta criminalização a CPI das ONGs ocorrida em 2007, seguida pela CPI do MST em 2010. A CPI das ONGs produziu um Projeto de Lei, restritivo e autoritário, que serviu de base a diversas iniciativas parlamentares posteriores.

Em 2010, fruto de empenho de várias OSCs, é criada a Plataforma MROSC, estabelecendo diversos pontos de enfoque de atuação, dentre os quais um dos principais foi o de unir diversas organizações para a proposta de articulação política que irá resultar na Lei nº 13.019. O Marco Regulatório é um dos pontos do programa político da Plataforma, mas não é o único. Houve uma reflexão se era necessário seguir mais tempo nesse tema ou fazer avançar outros, considerados importantes, tais como:

- ✓ A classificação e certificação das OSCs. Observou-se que havia uma mistura nas definições do que são as OSCs. As organizações sem fins lucrativos, por ex., incluem cartórios, leiloeiros, bem como organizações empresariais e clubes de futebol.

- ✓ A questão da sustentabilidade econômica das OSCs, agora ainda mais importante, e que já era também uma preocupação desde a década de 90.
- ✓ A simplificação e redução da carga tributária passa a ser essencial – no momento que se avança com a reforma tributária e com os ataques às isenções e imunidades. Observam-se problemas sérios também em relação à tributação sobre doações. Poderia se avançar nas doações, mas a tributação, as restrições e os processos burocráticos estão impedindo. Só as empresas que declaram sobre lucro real podem doar – interpretação equivocada da Receita Federal.
- ✓ Por fim, o tema da transparência e da autorregulação, que permita nos visibilizar como entidades sérias e cumpridoras das regulações correspondentes, principalmente após as acusações de desvio de recursos vinculadas pela mídia.

Em 2010 há um primeiro ato político da plataforma que é a Carta aos Presidenciais. Os dois candidatos no segundo turno, José Serra e Dilma Roussef assinam a carta se comprometendo com o MROSC. Serra nos convida a conversar, mas Dilma não. Mesmo assim, no ano seguinte, na gestão de Dilma Roussef, foi assinado um Decreto criando o Grupo de Trabalho vinculado a Secretaria Geral da Presidência da República. Ao mesmo tempo realiza-se um Seminário Internacional para subsidiar os trabalhos do referido grupo.

Elabora-se o PL que é aprovado em 2014. Entretanto, logo em seguida a Plataforma

Identifica a necessidade de alterar a lei, mesmo porque a mesma agrega alguns pontos marcantes da CPI das ONGs que remete à criminalização. Isso ocorre em 2015 pela Lei nº 13.204. Houve também a regulamentação no âmbito federal e depois as primeiras iniciativas e acompanhamento para que a regulamentação pudesse acontecer nos estados e municípios. O esforço foi no sentido que os estados regulamentassem nos limites da lei e não criassem novas exigências, especialmente em relação à prestação de contas, o que, na maioria dos casos, não foi possível, como, por exemplo, ocorreu em decretos do DF, da BA, do PI, do MA, com inovações que incluem contrapartida financeira e apresentação compulsória de documentos fiscais físicos.

Após um longo processo os diálogos no âmbito federal, os espaços relativos à missão da Plataforma em âmbito público, foram quase que completamente paralisados a partir de

meados de 2016 e poucos ministérios adotaram a Lei nº 13.019.

Nesse mesmo período aprofunda-se a criminalização das OSCs o que permanece até os dias de hoje. Esse é um dos temas que precisamos enfrentar. Temos uma Lei em vigor e tudo isso se passa de forma paralela. Estamos permanentemente sob ataques porque entendem que os recursos deveriam ser destinados para outras iniciativas, acusando as organizações de acessarem recursos públicos para se manterem e os desviarem.

Há muito, portanto, a fazer.

Desde a criação da Plataforma (2010) foram realizados até hoje seis encontros dos signatários. A Plataforma se manteve ativa com a contribuição das organizações que a acompanham. Agora possui vigente um projeto financiado pela União Europeia.

Apresentação do Projeto Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC – por um Novo Marco Regulatório das OSCs, apoiado pela União Europeia – Camila Veiga/ELO

Projeto: Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC – por um Novo Marco Regulatório das OSCs. Elaborado a partir do V encontro.

Início: outubro de 2018 até setembro de 2022.

Apoio: União Europeia

Requerentes: Cáritas Brasileira, CAMTRA, ELO

Objetivo geral: Contribuir para o fortalecimento da atuação das OSCs na construção de um ambiente legal, político e institucional



Resultados esperados do Projeto

Resultados I – Governança da plataforma e bases regionais da plataforma consolidadas

- ✓ Estruturação da secretaria operativa
- ✓ Reuniões do comitê facilitador e da secretaria executiva
- ✓ 4 seminários e encontros dos signatários
- ✓ Mapeamento de pessoas e OSCs estratégicas
- ✓ Participação de OSCs de todas as regiões
- ✓ Aumento do número de estados com OSCs signatárias com ênfase no norte

Resultado II – Avanço na implementação na agenda federativa MROSC

- ✓ Advocacy junto ao executivo pelas OSCs da plataforma beneficiárias do projetos
- ✓ Incidência com audiências públicas ou sessões do legislativo, criação de Frentes Parlamentares estaduais e federal

Resultado III - Capacidade institucional das OSCs fortalecidas para atuar/incidir no aprimoramento do ambiente legal, político e institucional

- ✓ Publicações com conteúdos técnicos e propostas na agenda de advocacy do MROSC
- ✓ Relatório com casos de violações
- ✓ Fundo de apoio as OSCs de pequeno e médio porte

Atividades Realizadas

- ✓ Reunião do Comitê Facilitador, Secretaria Executiva e Comitê Gestor do projeto
- ✓ Nova logomarca da Plataforma
- ✓ Reestruturação do site
- ✓ Plano de comunicação
- ✓ Notas técnicas
- ✓ 1º encontro regional de mulheres – RJ
- ✓ 1ª caravana MROSC – acrescentando
- ✓ Advocacy
 - Articulação para a frente parlamentar nacional e estado da Bahia;
 - Compartilhamento de experiências (NEATS/PUC/SP)

Denise Verdade, Assessora do Programa de Cooperação União Europeia-Brasil



O projeto apoiado pela União Europeia tem como objetivo o fortalecimento de redes da sociedade civil. Foi recomendado pela UE para a formação das capacidades das OSCs. Nesse sentido a UE tem dialogado constantemente com as OSCs.

A crise da democracia existe tanto em países mais desenvolvidos quanto nos menos desenvolvidos, é um processo mundial.

Destaca que muitos países europeus entendem que somente ter um marco regulatório não é

suficiente, precisamos caminhar para um ambiente favorável. Mesmo com todos os esforços estamos vivendo um ambiente não favorável ao diálogo. A UE continuará dar assistência e acompanhamento às OSCs. Nesse cenário de crise faz-se necessário maior coesão entre as OSCs.

Diante do contexto de mudança do cenário brasileiro a UE fará uma nova consulta à sociedade civil.

Houve alteração de estratégia dentro da UE, ou seja, todos os programas temáticos foram condensados no Instrumento Internacional de Cooperação – com novas prioridades (subdivisões):

- ✓ Promoção de um ambiente favorável
- ✓ Engajamento com fundações
- ✓ Engajamento com setor privado
- ✓ Meio ambiente e mudanças climáticas
- ✓ Desigualdades



Espaços de Construção Coletiva e Rumos da Interiorização - CONFOCO BA e BH

Coordenação: Eliana Rolemberg, representando a Plataforma Bahia

Dra. Marisa Seoane Rio Resende, Presidente do CONFOCO do Município de BH

Dra Mary Cláudia C. e Souza, Presidente do CONFOCO da BA

Mesmo em um cenário onde a situação dos conselhos de políticas públicas está cada vez mais hostil por estarem perdendo espaços ou até mesmo sendo extintos, temos alguns exemplos de conselhos nos estados da BA e MG (CONFOCO) que estão sendo criados dentro dos processos de luta - que Daniel apresentou na linha do tempo, para a construção do novo Marco Regulatório da Sociedade Civil.

Momento de troca de informações e ocasião muito importante porque até hoje não tínhamos nos debruçados sobre a atuação de BH e sempre com o exemplo exitoso foi o da BA. Hoje temos essa nova experiência que é o caso do município de BH.

Marisa Resende - Trouxe a memória da luta pelos direitos desde o período antes de Cristo. 3.000 anos a.C. dizia que para ter direitos deveria estar do lado certo. Depois tem na história entre os anos 50 a.C. que pela primeira vez foi dito que as pessoas não deveriam ser escravas. Na mesma época as pessoas passaram a ter direito a ter religião. Roma 150 anos a.C. Lei natural – o natural do humano é ter direitos. Jesus Cristo foi o divisor de águas – criou a lei do amor – pelo amor tudo se resolveria, não precisaria de outra lei. Entre os anos de 1790 – 1800 editou-se a Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão na França com o interesse de respeitar o indivíduo e o ser humano coletivamente. Nesse período houve muitas guerras e muita gente morreu por, e apesar disso. Depois da primeira e segunda guerra mundial vem os Direitos Humanos. Fica



uma pergunta: Direitos humanos estão onde? O que é ter uma declaração, um papel, uma foto? Não está no mapa. Na verdade, está nas pessoas e as pessoas são o mundo e o fazem.

Trouxe também a história das tecnologias – Roda, fogo e mais recentemente de um século para cá a explosão de tecnologias. Tudo pode acontecer e, tudo mais um pouco, que possamos imaginar está acontecendo. Existem conexões com todo lugar, com todo mundo, sem que haja uma ligação física. Temos hoje relógios inteligentes que falam com o smartphone. Um garoto entrou no financiamento coletivo e em 5 dias conseguiu 10 milhões de dólares para o seu projeto. Existe microchip capaz de restaurar a memória das pessoas. Em 2024 teremos turismo em Marte.

Traz essa memória justamente para falar de CONFOCO, para vermos como de fato estamos falando em migalhas. Precisamos criar um fundo

para salvar pequenas organizações. Não precisamos ter medo. Estamos fazendo as atividades pela conquista dos direitos. O tempo todo teremos o exercício do fazer, do garantir e ocupar os espaços.

A garantia dos Direitos Humanos está nas pessoas. O CONFOCO é que vai garantir a existência, implantação e a paridade - o modus operandi da Lei. Não dá para ter uma lei, decreto, declaração porque são papéis e só conseguiremos fazer acontecer nas pessoas.

O CONFOCO BH foi criado por Decreto com discussão sobre a paridade e diversidade. Uma coisa interessante foi a composição: 10 secretarias (titulares e suplentes) e 10 organizações (sendo 10 titulares e 10 suplentes) incluindo, nessa escolha, organizações que não tem parceria com o ente público. Essas organizações são parceiras porque atuam no município mesmo sem ter acesso a recursos públicos no momento. No futuro podem vir a participar de algum edital.

Outra discussão interessante foi o regimento interno. Queriam reproduzir algo existente. Perguntaram: funcionam bem? A participação é boa? Tentaram assim fugir de tudo o que estava posto e não estava funcionando. O regimento tem vários detalhes que garantem a participação diferenciada, pois entendem que o mais importante é determinar presenças e não pautas.

Questionaram porque colocar pessoas que batem na prefeitura. Explicaram que é justamente dessas pessoas que precisamos. Do lado da sociedade civil perguntaram sobre a retaliação – indagaram se a sociedade é fraca pra temer essa situação?

Para todos afirmam que não precisa ter medo, o CONFOCO está na Lei e precisa ser implantado uma

vez que é o guardião da lei.

Criaram algumas comissões: Desburocratização, atos, capacitação e mobilização. A comissão de desburocratização é a mais complexa e polêmica porque traz ponto importantíssimo que é criar a cultura de parceria.

As comissões são muito complexas, possuem muitas tarefas e dificuldades de participação. Estão na 18ª reunião e já realizaram 3 seminários.

A elaboração do plano de ação para o CONFOCO foi importantíssimo para não se perderem na atuação mesmo com a alternância das pessoas que o compõem. Outro fator determinante para a continuidade das ações foi a garantia de participação efetiva dos titulares e suplentes.

Conseguiram uma articulação com os diversos conselhos que possuem fundos como o da criança e o do idoso para trabalharem novas rotinas e nova programação para o desembolso de recursos. Essa prática ocasionou a mudança do prazo, de 18 meses para 8 meses, para os desembolsos. Sabe-se que 8 meses ainda é muito tempo, ainda tem que melhorar otimizando tempos.



O CONFOCO BH já tem reconhecimento da sociedade, são convidados para participarem de várias atividades. Tiveram problemas sérios em BH com os desastres das barragens. O CONFOCO foi chamado para Brumadinho para ajudar na articulação local fortalecendo e organizando a atuação do terceiro setor. Assim tem demonstrado o quanto conseguem avançar.

Desafios na participação no CONFOCO BH:

- Das universidades – rodízios dos alunos
- Do Ministério Público – tem boa interlocução.

Mary Souza - Faz o destaque que Eliana, que está coordenando a mesa, é vice-presidente do CONFOCO BA.

Consegue perceber a diversidade do país presente nesse encontro debatendo o desafio do novo marco regulatório. Esse espaço é de construção coletiva e interiorização do CONFOCO.

Desde o começo estiveram presentes e foram convocados pela sociedade civil. Nessa provocação estabeleceu-se uma grande trajetória na construção do CONFOCO. No primeiro momento constituíram o GT para a construção do CONFOCO e depois outro de transição para dar os passos necessários para a implementação da lei e para a estruturação do conselho. É um conselho novo – vão completar 2 anos em setembro. São muito ativos e tem enfrentado muitos desafios.

Neste encontro tem o prazer de contar com a presença de vários conselheiros do CONFOCO que podem contribuir com informações adicionais referentes a caminhada e a experiência vivida nessa construção coletiva.



Paralelo a esse processo já caminhavam na Secretaria Geral da Presidência da República fazendo a discussão sobre a política de participação social junto com a equipe do Ministro do Gilberto de Carvalho. Nesse período já ouvia o Ministro citar sobre a trajetória da plataforma.

O CONFOCO BA também foi criado por Decreto com o objetivo de implementação da lei (regulamentação) e na sequência trabalharam a regulamentação e composição do conselho. A composição é paritária e também possuem representações de 10 secretarias e de 10 da sociedade (titulares e suplentes). Preservaram a diversidade de representação na composição do conselho definido conjuntamente entre sociedade civil e poder público. Tomaram posse no dia 20 de setembro de 2017. O conselho tem a finalidade de atuar como instância consultiva das relações da sociedade civil com o poder público. O CONFOCO é vinculado a Secretaria de Relações Institucionais, que foi criada em 2006 durante a transição de governo Jacques Vagner. Em 2007 a secretaria se reestruturou com três coordenações. O CONFOCO está na coordenação de articulação social.

Composição do CONFOCO:

- O plenário é soberano na atuação do conselho;
- Presidência com alternância, a cada 2 anos, entre poder público e sociedade civil;
- Comissões técnicas;
- Normas e procedimentos;
- Capacitação;
- Acompanhamento e monitoramento;
- Comunicação e informação e
- Secretaria Executiva.

As comissões possuem muito trabalho, mas funcionam com dificuldades de participações em virtude dos membros terem suas atividades em suas instituições que os impedem de comparecer. Ao mesmo tempo que consolidam o conselho possuem ações estruturantes. É muito desafiador, mas tem conseguido fazer o melhor nessa gestão cooperativa entre governo e sociedade civil.

Realizações:

- ✓ 9 reuniões ordinárias
- ✓ 2 reuniões extraordinárias
- ✓ 24 reuniões das comissões técnicas
- ✓ 3 pareceres
- ✓ 5 resoluções
- ✓ 1 recomendação

Site do CONFOCO:

www.confoco.serin.ba.gov.br

Conseguir desburocratizar e avançar na construção para o coletivo do CONFOCO é uma mudança de cultura e de paradigma dentro do poder público significará quebrar resistências dentro das secretarias.

Na BA possuem 24 conselhos de direitos e

políticas públicas. Realizaram um seminário para terem o contato com as pessoas que compõem esses conselhos para terem conhecimento das mudanças trazidas pela lei no sentido do fortalecimento da sociedade civil e da construção de políticas públicas.

Ações em andamento:

- Levantamento das parcerias realizadas pelos órgãos das administração pública estadual;
- Construção dos instrumentos, processos e fluxos do monitoramento da política e de parcerias;
- Análise da minuta de PL;
- Estruturação de normas para acolhimento de relatos e publicação de boas práticas;
- Processo de eleição de nova gestão;
- Construção da rede colaborativa de formação territorial articulada ao plano estadual de formação

Acrescenta 3 desafios do CONFOCO BA:

- 1) Editais – não é fácil – todas as discussões com as secretarias têm ocasionado um período de ajuste bastante difícil. Elaboraram instruções normativas para ter uma certa uniformidade. Algumas secretarias apresentaram muitos problemas e outras inovaram e avançaram. Estão trabalhando com audiências públicas;
- 2) Interiorização do próprio CONFOCO – não pode ficar restrito a Salvador.
- 3) Evitar cair no confoquismo – os municípios estão querendo criar seus CONFOCOS. Estão incentivando que os municípios conheçam a lei, a regulamentação federal e estadual para depois decidir por criar os municipais.

A gestão do CONFOCO de BH é de quatro anos –

a alternância da presidência é anual. A gestão do CONFOCO da BA tem gestão de 2 anos com alternância no mesmo período.

BH possui portal de parcerias - Todos os editais passam pela aprovação da PGM o que tem ajudado bastante.

BA - Estarão lançando as novas IN do estado que

nortearão as ações das parcerias entre poder público e organizações, incluindo os editais. Está passando pela revisão da PGE para ser publicado. Estão organizando um lançamento público.

Na BA as questões estão sendo apresentadas na Plataforma BA e as mais complexas são levadas para o CONFOCO.



Cenários da Regionalização - Avanços, Desafios e Novos Caminhos - Trabalho em grupos

Candice Ferreira de Araújo, da Plataforma Bahia, conduziu os trabalhos em grupos, iniciado pela apresentação em PPT dos resultados da FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças – realizada no Encontro das Signatárias de 2017. A ideia, em 2017 e neste momento, foi a de gerar insumos para a reformulação e inovação das estratégias para a Plataforma Nacional e nos estados.



No segundo dia do encontro em São Paulo, foi realizada uma análise "SWOT" (FOFA em português), conduzida pela assessora Isadora Salomão, com a colaboração de Candice e Thiago, ambas da Plataforma Bahia. Os resultados seguem abaixo.

Ambiente Interno FORÇAS	Ambiente externo OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> Legitimidade e Articulação com diversidade Capacidade de resistência / Proposição com criatividade Compromisso político com a agenda 	<ol style="list-style-type: none"> A existência da lei 13019 e de seus instrumentos que fortalecem as OSC (Termo de fomento, CONFOCO e etc.) Existência de experiências exitosas de processos de implementação da lei Pauta legislativa de reformas em curso e eleições 2018
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> Fragilidade institucional da maioria das OSC Dificuldade de lidar e operacionalizar, de maneira conjunta, a pauta principal Demandas maiores que capacidade operacional 	<ol style="list-style-type: none"> Criminalização burocrática das OSC Desmonte da Constituição com redução de direitos e cortes orçamentários, afetando o financiamento das OSC. Dificuldade de entendimento da gestão pública sobre o campo das OSC e a implementação da lei

ESTRATÉGIAS PARA FRAQUEZAS

GT 1

- Serviço gratuito de assessoramento jurídico para os problemas das OSC na implementação da lei, com materiais orientados para as organizações
 - Aproximação com os governos municipais e estaduais, executivos e legislativos para identificar gestores públicos comprometidos
 - Orientação e busca de parceiras locais, promovendo discussões, encontros e compartilhamento da experiência junto aos conselhos de direitos DAB, defensoria e MP.
- Divulgação de oportunidades e iniciativas de mobilização de recursos e elaboração de guia
 - Disponibilização de materiais com fundamentação teórica e prática sobre a garantia de direitos.
 - Estimular o poder executivo para produção de materiais educativos sobre órgãos de prestação de serviço das políticas básicas e defesa e garantia de direitos
 - Mobilização para pressionar a isenção de taxas e tributos desonerando o conjunto das OSC. Fortalecer as OSC
 - Guia de orientação para mobilização de recursos

- Banco de editais
 - Compartilhamento de experiências
 - Cursos e formações para elaboração de projetos
 - Projetos de financiamento para plataforma
 - Promover formação e articulação em rede
- Pressionar o governo para garantir as OSC que prestam assistência social esteja no censo SUAS registradas
 - Promoção de rodas de conversa com os órgãos de controle em especial os tribunais de contas

GT 2

- Instituir uma política nacional de fomento e fortalecimento das organizações da sociedade civil (movimento) - apresentar projetos de fomento ao poder público com base na Lei 3.019/14
 - Realizar ações de fortalecimento da nossa identidade de trabalho social
 - Articulação junto às organizações - colocar a marca/logo da plataforma nos canais de comunicação das OSCs "EU FAÇO PARTE DA PLATAFORMA"
- Realizar a articulação e mobilização a partir de territórios e regiões (mecanismo para somar esforços de trabalho)

GT 3

Promover uma agenda intencional de formação /capacitação e treinamentos das OSC em relação ao MROSC, garantindo o incentivo a participação das Organizações "pequenas", com o foco no compartilhamento de experiências bem-sucedidas (melhores práticas e trabalho em rede)

ESTRATÉGIAS PARA AMEAÇAS

GT 1

- Trabalho em rede como mantra
- Formação de multiplicadores e multiplicadoras
- Envolvimento e acolhimento da base social conectando de fato os movimentos sociais na pauta
 - Explorar e estimular o mecanismo da 13019 sobre manifestação de interesse social

GT 2

- Realizar articulação institucional com os sistemas de justiça em todas as suas esferas (EX.: Associação da Defensoria Pública, MP - para auxílio das OSCs)
- Ser o primeiro princípio da plataforma: Estabelecer como PRIORIDADE o princípio à defesa e garantia dos direitos civis, políticos e sociais. Estabelecer uma missão, a exemplo da Audiência Pública, nos Municípios e Estados, como estratégia de divulgação dos pontos positivos/mais relevantes da Lei 13.019/14

GT 3

- Promover amplo debate e produção de conhecimento/informações sobre o funcionamento do MROSC para os servidores e gestores das OSC
- Fortalecimento da agenda das OSC para o fomento de propostas junto ao governo

Após o resgate da análise SWOT/FOFA, as (os) participantes foram divididos em quatro grupos para trabalhar as questões trazidas pela Plataforma:

Questões para discussão:

1. Considerando o objetivo de **fortalecimento e sustentabilidade** das OSCs e as estratégias adotadas pela plataforma no último encontro (regionalização, comunicação, capacitação, mobilização aproximação com sistema de justiça, agentes públicos e movimentos sociais, advocacy/incidência política), **quais os principais avanços e desafios que tivemos até o momento?**
2. Considerando o papel da Plataforma e o contexto atual, **qual a agenda prioritária da Plataforma para o próximo ano?**



Cenários da Regionalização - Avanços, Desafios e Novos Caminhos

Resultados dos Grupos

Grupo de Trabalho 1:

A grande maioria dos participantes não estava no último encontro e não acompanhou o processo.

Houve uma grande discussão sobre os cenários políticos atuais (federal, estadual e municipal). Constatou-se que o cenário político piorou aprofundando a criminalização das OSCs com foco maior nas questões ambientais e garantia de direitos. Cenário federal tenebroso e se reflete nas localidades gerando instabilidade e pouca permanência dos gestores provocando aumento da rotatividade e gestores despreparados. A exemplo temos a exoneração dos peritos de tortura e exclusão e limitação dos conselhos. Há relatos que os espaços de conselhos estão sendo ocupados por representantes de igrejas fundamentalistas com forte autoritarismo e atrelados a visão do próprio governo de extinção dos espaços democráticos tornando difícil resistir. Criamos com muita luta esses espaços e agora estamos perdendo para essa ocupação massiva.

O toma lá da cá existente nos municípios, provocados pela necessidade de sobrevivência financeira torna ainda mais difícil a implementação do MROSC.

Agenda prioritária e propostas:

- Programar ações para conseguir alcançar a finalidade da Plataforma que é o fortalecimento e sustentabilidade das OSCs;
- Fortalecimento: Fortalecer a dimensão política da plataforma
- Comunicação massiva e esclarecida com

materiais de linguagem acessível, de fácil assimilação e popular. Ex. Cartilha;

- Estimular redes;
- Estimular formas de organização territorial
- Chegar mais perto das OSCs (interiorização, rodas de conversas, encontros)
- Estudar propostas para aproximação com as OSCs pequenas:
 - Ponto focal do MROSC nas regiões, estados, municípios, bairros, localidades, estabelecendo uma rede viva de comunicação, informação e cooperação (pessoas e instituições);
 - Estabelecer um canal de acolhimento das vivências e problemas das OSCs pequenas, para compreender melhor o diagnóstico, possíveis soluções e articulações necessárias de superação das dificuldades institucionais e políticas.
 - Parcerias com OAB (recursos materiais e de conhecimento)
- Financiamento:
 - Provocar gestores públicos para chamamento e acesso aos recursos;
 - Buscar alternativas de diferentes fontes de financiamento de setores privados (nacionais e internacionais) utilizando a credibilidade da plataforma;
 - Produzir boletim com informações sobre editais e financiamentos;
 - Levar conteúdo para as frentes parlamentares;
 - GT para propostas da reforma tributárias;
 - Elementos de resistência.

Cenários da Regionalização - Avanços, Desafios e Novos Caminhos Resultados dos Grupos (2)

Grupo de Trabalho 2

Avanços e desafios se repetem.

Avanços:

- A própria lei e o debate que ela está provocando. Na prática a vida não melhorou ainda, estamos em processo;
- No processo de entendimento da Lei as organizações entenderam a necessidade da abertura de diálogos em alguns estados e municípios;
- Criação de plataformas estaduais.

Problemas:

- Maioria dos municípios e estados continuam com as mesmas práticas;
- Práticas em desacordo com a lei – ilegais;
- Preocupação que há poucas informações do poder público e das OSCs sobre as mudanças;
- Persiste apadrinhamentos políticos;
- Estado sob controle de milícias;
- O tempo dos processos ainda são longos – muita burocracia;
- Não foi organizada a transição para a implementação da Lei;
- Redução dos recursos para parcerias – EC 95

Propostas:

- Necessidade de formação dos gestores das OSCs e dos órgãos públicos;
- Necessidade de articulação das OSCs nos territórios entorno da plataforma MROSC;
- Desafio da comunicação – aproveitar as mídias sociais para difundir as informações – passo a passo do MROSC.



Resultados dos Grupos (3)

Grupo de Trabalho 3

Avanços:

- BA – comunicação (site CONFOCO) e capacitação no pólo alcança outros municípios;
- Capacitação conjunta entre agentes das OSCs e do poder público;
- Regionalização em algumas regiões;
- Apoio da União Europeia porém falta de transparência na execução e
- Whatsapp para a comunicação.

Desafios / agenda prioritária:

- Fortalecer a regionalização por processos de capacitação;
- Comunicação – entendimento da plataforma para além da lei;
- Retomar os princípios da plataforma (2010);
- Resistência do poder público nas inovações da Lei;
- Entendimento equivocado das Oscs em relação a lei 13.019 (consideram um complicador);
- Interpretação da Lei de forma diferenciada pelos atores envolvidos
- Processo de eleição municipal – aproveitar os processos para pautar a importância das organizações no município junto aos vereadores e prefeitos.



Resultados dos Grupos (4)

Grupo de Trabalho 4

Avanços:

- Contratualização – implementação da lei;
- Aprovação de um projeto da plataforma;
- Eleição das instâncias governamentais (Comitê Facilitador, Secretaria Executiva, Secretaria Operativa);
- Discussões e mobilizações do Acre – plataforma e decreto está em processo de elaboração com GT técnico. Replicação da região norte (Sergipe também)
- Consolidação das ações para a criação da Frente Parlamentar – advocacy
- Comunicação: mudança da logo e reestruturação do site (em curso - julho)

Desafios:

- FASFIL / IBGE – 270 OSCs e agora são 230;
- 1/3 das OSCs não estão formalizadas;
- Foco/filtro – quais as prioridades a Curto / Médio / Longo prazos;
- Falta política na plataforma (sustentabilidade política);
- Expectativas de prestação de serviço da plataforma entre os signatários;
- Comunicação:
 - Plano de comunicação pensando novas plataformas para alcançar públicos mais jovens (novas OSCs e OSCs de jovens)
 - Diferentes linguagens, diferentes formas de organização
 - O que colocar no site? Estratégico
 - Experiencias exitosas – forma de pautar politicamente as OSCs na sociedade
 - Diálogos e noção de pertencimento / identidade?

(segue)



Resultados dos Grupos (5)



Grupo de Trabalho 4 (continuação)

➤ CONFOCO

- Plataforma não deve ficar refém do CONFOCO;
- Deve ser espaço de discussão, controle e de conciliação entre as diferentes leis que regem as relações de parcerias;
- Deve-se estimular a construção de decretos estaduais e municipais ou garantir a disseminação e cumprimento da lei nacional? A ideia seria tentar o criar o CONFOCO para mobilizar e avaliar a necessidade de leis estaduais e municipais;

➤ Regionalização

- Deverá ser a capilarização da agenda MROSC e não apenas a contratualização;
- Plataforma local não vê muito a plataforma nacional – deve-se criar conexões;
- Qual o alcance? Conforme demanda e estímulos em locais estratégicos;
- Papel da plataforma é animar rede.

➤ Agenda

- Ampliar a agenda de conhecimento abordando os temas de sustentabilidade, tributação (simplificação) e certificação;
- O Sistema “S” faz recolhimento na folha das OSCs – como poderíamos acessar
- Agenda deve ser organizada com urgência para pautar as ações juntos às frentes parlamentares.

DIA 12 - ENCONTRO DAS SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC

- Apresentação da síntese dos principais pontos levantados nos dias anteriores
- Plenária das Signatárias da Plataforma MROSC
- Governança e Encaminhamentos Gerais
- Avaliação e encerramento

Fernando Zamban (Cáritas Brasileira) conduziu os trabalhos da última manhã do Encontro. Foram identificadas 5 agendas prioritárias nos trabalhos em grupos do dia anterior:

- 1) Regionalização
- 2) Comunicação
- 3) Capacitação
- 4) Mobilização
- 5) Incidência política/ advocacy



Foi então proposto que as(os) participantes realizassem novamente trabalhos em grupo, agora por região, para definir uma prioridade por região e sistematizar as programações existentes.

Resultados:

Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Priorizar a capacitação (numa briga "acirrada" onde 50% priorizou a capacitação e 50% a incidência política)	Capacitação (1) e Caravana com alguns contornos ¹ e com incidência política	Querem trazer a presença da região de forma mais ativa. Vão focar (como pessoas, não como região) em mobilização .	Já contam com mobilização (RS). Em Santa Catarina o Fórum de Políticas Públicas vai priorizar a agenda de incidência política . ²	Regionalização como estratégia principal na cidade e interior de SP. A estratégia das ações é a incidência . ³

¹ Necessidade da ajuda jurídica. Importante o olhar diferenciado para o estado do Amazonas.

² Planejam realizar um estudo das leis, enviar convite para parceiras(os) da lei, chamar o poder público para diálogo com estratégia. PR, SC e RS. Consideram fazer 4 encontros regionais, sendo o primeiro mais mobilizador.

³ O RJ precisa de incidência forte no estado, que não quer conversar com a sociedade civil.

Passou-se à discussão da governança:

A Plataforma hoje tem a seguinte estrutura:

- Encontro das signatárias – instância máxima e de definição de políticas;
- Comitê facilitador – 11 representantes – CESE, Cáritas Brasileira, UNICOPAS, ABONG, CEBRAF, Visão Mundial, GIFE + 05 representantes regionais
- Secretaria executiva: ABONG, Cáritas Brasileira, GIFE, Plataforma/BA
- Secretaria operativa: CAMTRA

Os membros da secretaria executiva e operativa refletem que o Comitê Facilitador está grande e precisa ser repensado para ter mais agilidade nas decisões e ações.

O grupo foi dividido em pequenos grupos para discutirem sobre a governança.

Resultado das discussões (1):

Grupo 2:

- ✓ Levando em consideração a diversidade do Brasil com suas características defendem que deve manter a representação das regiões para terem espaço e vozes;
- ✓ No próximo encontro ter maior representatividade não só nos participantes, mas nas mesas.

Grupo 1:

- ✓ Destacam que o grande número de pessoas no Comitê Facilitador dificulta as tomadas de decisões e, assim, salientam a importância de enxugar o número de membros tomando o cuidado com a diversidade;
- ✓ Preservar a diversidade e representação;
- ✓ Importante manter a representação da regionalidade sem obrigatoriamente estar em reuniões. Pontualmente as coordenações regionais serão consultadas;
- ✓ Manter o Comitê Facilitador em torno de cinco instituições que representem a diversidade + os 5 regionais;
- ✓ Manter a secretaria executiva.



Resultado das discussões (2):

Grupo 3:

- ✓ Não defende a redução dos membros do Comitê Facilitador com a retirada dos regionais pois assim acreditam que poderá a representatividade e as decisões serão tomadas de cima para baixo;
- ✓ Deve-se ter somente uma secretaria executiva, excluindo a operativa;
- ✓ Deve-se discutir o papel do Comitê Facilitador uma vez que deve estar na base participando dos processos;
- ✓ Refletir sobre a possibilidade do Comitê Facilitador passar a ser comitê político.

Grupo 4:

- ✓ Salaria a importância de discutir governança de um processo político;
- ✓ Destaca que a instância máxima da Plataforma é a assembleia dos signatários e que as demais instâncias tem a missão de operacionalizar as decisões tomadas em assembleia;
- ✓ Assim, precisa-se de um grupo mais enxuto para avançar na implementação e ter capacidade operacional;
- ✓ Tem que manter o espaço político e o espaço operacional;
- ✓ Deve-se ter uma secretaria operativa.



Resultado das discussões:

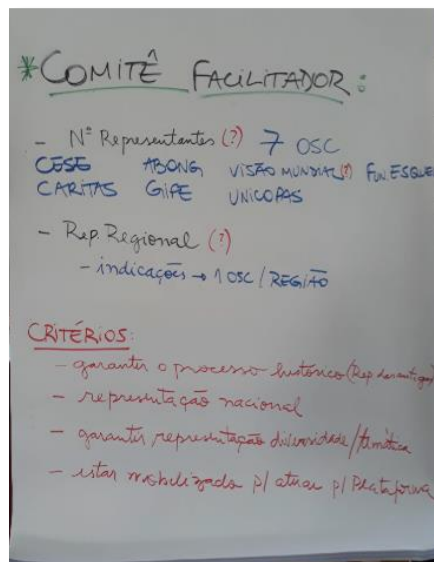
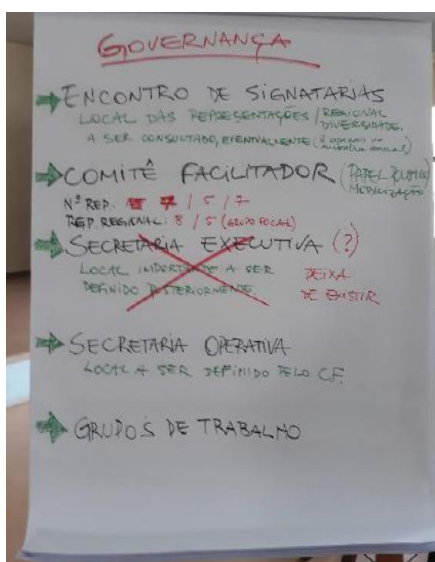
Grupo 5:

- ✓ O Comitê Facilitador deve ser mais enxuto;
- ✓ Defendem que não faz sentido ter duas instâncias operacionais – a instância que interessa é a da plataforma, ou seja, secretaria executiva;
- ✓ Deve-se criar grupos de trabalhos para discussões de temas específicos;
- ✓ Fazer consultas aos signatários sobre alguns assuntos pontuais;



Consensos:

- Abaixo da assembleia deve-se ter: o Comitê Facilitador e somente um espaço de execução. (Não discutir quem fica no espaço executivo);
- Ter grupos de trabalhos para discussões de temas específicos previstos na Plataforma;
- Ter Pontos focais estaduais sem necessariamente estar no Comitê Facilitador;
- Foram definidos critérios para a presença no Comitê Facilitador: abrangência nacional etc.
- O Comitê Facilitador passa a ser composto por 7 organizações – CESE, Cáritas Brasileira, UNICOPAS, ABONG, Visão Mundial, GIFE e Fundação Grupo Esquel Brasil. RENAS foi substituída por Visão Mundial e CEBRAF pela Fundação Grupo Esquel Brasil.
- As organizações indicarão pessoas para as representar.



Após os encaminhamentos terem sido definidos, foi distribuído o formulário de avaliação para preenchimento. O encerramento se deu com a leitura do poema escrito por Thelma Oliveira, do CF. lido pela própria autora (ver na página seguinte).



VIVER É POLÍTICO

Viver é sempre uma escolha	O que pensa
Pode ser grande ou só uma bolha	Acontece ou vira lenda
Se pra si, pra o outro, pra um ou pra nenhum	O que sente
Viver assim é de cada um	Afeta você e muita gente
É bom saber que não anda só	Portanto, trate de cuidar
Sua opção importa sim pra outro cidadão	Da sua vida e saber amar
Viver não é viagem solitária	Viver aguarda sua escolha
É aventura coletiva e pode ser solidária	Tomara que seja boa
O que faz com seu dia	Onde gasta seu dinheiro
Cabe a você enquanto seu próprio guia	Prospera
O que faz com seu tempo	O que respira e come
Aquieta ou agita assim como o vento	Interfere em como você morre
O que faz	O que você defende
Torna você capaz	Revela o sonho que se anuncia e cria
O que deixa de fazer	O que denuncia ajusta a lente
Escolhe não ser	Pra agir sobre o presente
O que entrega ao mundo	Saber viver como um ser político
É responsabilidade que vai mais fundo	Muda você e muito mais gente
O que recebe e acolhe	Logo, tome pra valer a vida que tem
Preenche a bagagem e faz seu nome	Siga aprendendo e indo muito mais além

Thelma Oliveira
Curitiba, 02.06.2019

Organizações e representações presentes - 1

Organização/Fórum/Rede	Representante	UF
1. ABONG/CAMTRA	Eleutéria Amora	RS
2. ABONG	Mauri Cruz	RJ
3. ACEMA	Albry Alves	BA
4. Assessora Jurídica	Laís Figueiredo	SP
5. Associação Beneficente Materno infantil/Gt Mulheres Baixo Sul	Valéria Rocha Pereira	BA
6. Associação Brasileira de Redução de Danos	Álvaro Augusto de Andrade Mendes	AC
7. Associação de Mulheres de Atitude com Compromisso Social	Nilcimar Maria Silvestre dos Santos	RJ
8. Associação do Coletivo de Entidades Carnavalescas de Matriz Africana	Nelson Nunes dos Santos	BA
9. Associação dos Remanescentes de Quilombos Vila guaxinim	Miriam Feliciano de Barros	BA
10. Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	Tereza Cristina Silva	RJ
11. Associação Viver e Crescer	Érika Azevedo Falchi Araújo	SP
12. Avante - Educação e Mobilização Social	Diana Cleide Chagas	BA
13. Camtra/Plataforma	Marta Lago	RJ
14. Cáritas	Fernando Zamban	DF
15. Cáritas	Igor Ferrer	DF
16. Cáritas Arquidiocesana de Feira de Santana	Reginaldo Dias de Miranda	BA
17. Cecup Centro de Educação e Cultura Popular	Edmundo Ribeiro Kroger	BA
18. CEDAPS	Wanda Guimarães	RJ
19. Centro D.José Brandão de Castro	Alex Federle do Nascimento	SE
20. Centro de Estudo em Defesas do Negro no Pará	Maria de Fátima Matos Silva	PA
21. Cese	Eliana Rolemberg	BA
22. CESE	Vanessa Pugliese	BA
23. Coletivo Mangueiras	Henrique da Costa Silva	PE

Organizações e representações presentes - 2

24. Cooperativa de Jovens Produtores Rurais da Agricultura Familiar	Ubirajara Figueiredo Salgueiro	BA
25. Ct Maanain	Maria de Fatima Silva Rocha	BA
26. Economia Solidária	Maria Andrade da Costa	AC
27. ELO	Camila Veiga	BA
28. ELO	Lucas Seara	BA
29. Esquel	Aldiza Soares	DF
30. Esquel	Silvio Rocha Sant'Ana	DF
31. Filhos do Mundo/Cesol, Codeter/TMS, CEDETER	Eduardo Augusto Moraes Zanatta	BA
32. Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis	Cíntia Moura Mendonça	SC
33. GIFE	Aline Viotto	SP
34. Grupo de Apoio a Mulher	Solange Pires Revoredo	RJ
35. Hospital Pequeno Príncipe	Rodrigo Bonfim	PR
36. Hospital Pequeno Príncipe	Thelma Oliveira	PR
37. Instituto de Inclusão e Diversidade Humana	Clarice Silva de Oliveira	SP
38. Instituto Desenvolvimento do Associativismo Solidário da Bahia	Iracema Alcântara Costa	BA
39. Instituto Redes Para o Desenvolvimento	Aguinaldo Luiz de Lima	SP
40. Lar Idosos São Fco de Assis	Roberta Kelly	PE
41. Movimento de Libertação da Mulher	Isabel Raimunda da Silva Oliveira	BA
42. Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade	Maria de Lourdes do Nascimento	PA
43. ODARA	Erika Francisca de Souza	BA
44. OSC MMAH - Movimento de Mulheres de Apoio Humanitário	Josete Lima Cavalcante	RJ
45. Plataforma BA	Candice Araújo	BA
46. Sociedade Paraense dos Direitos Humanos	Elisety Veiga Maia	PA
47. Unicopas	Daniel Rech	DF

Convidadas(os) e acompanhantes

1. Gabriel Carvalho	Câmara Federal	BA	Dia 10
2. Bianca Monteiro	PGM-BH	MG	Dia 10
3. Adriano de Souza	Fito Plang		Dia 10
4. Bruno Tito Pereira	Mandato Dep. Hilton Coelho	BA	Dia 10
5. Sidney Rocha	ACEMA/Nova Flor		Dia 10
6. Marisa S.R.Resende	Prefeitura Municipal BH	MG	Dia 11
7. Kelly Cristina Ferreira da Costa	CONFOCO BA	BA	Dia 11
8. Larissa E. S. Simões	CONFOCO BA		Dia 11
9. Mary Claudia e Souza	CONFOCO BA	BA	Dia 11
10. Nadia Conceição	CONFOCO BA	BA	Dia 11
11. Patricia Gordano	CESE	BA	Dia 11



Confraternização



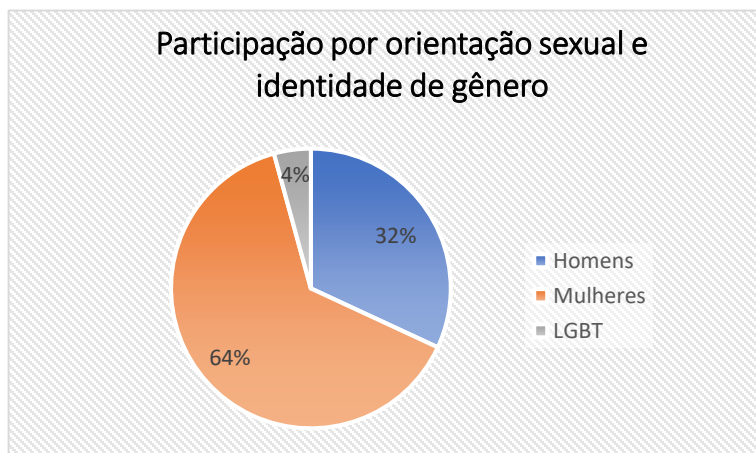
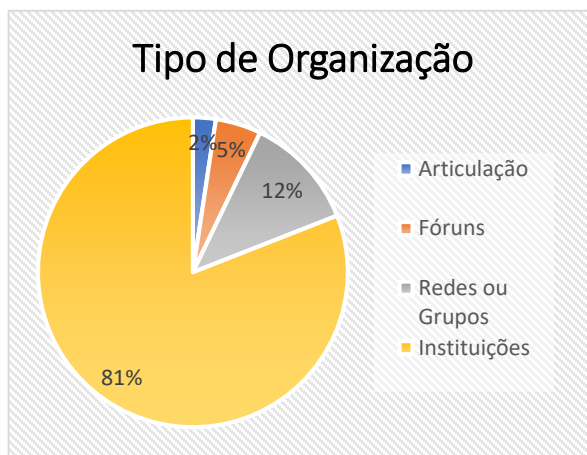
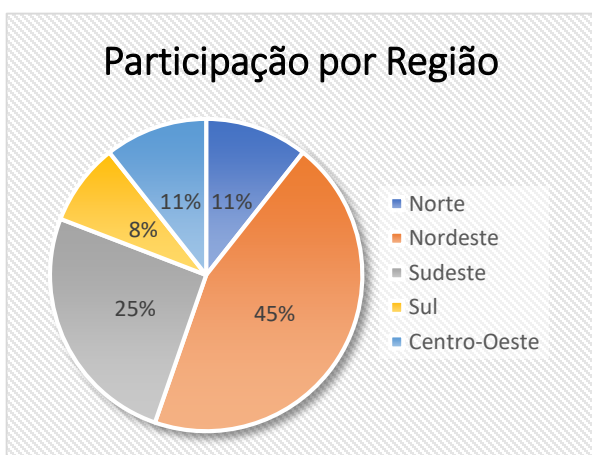
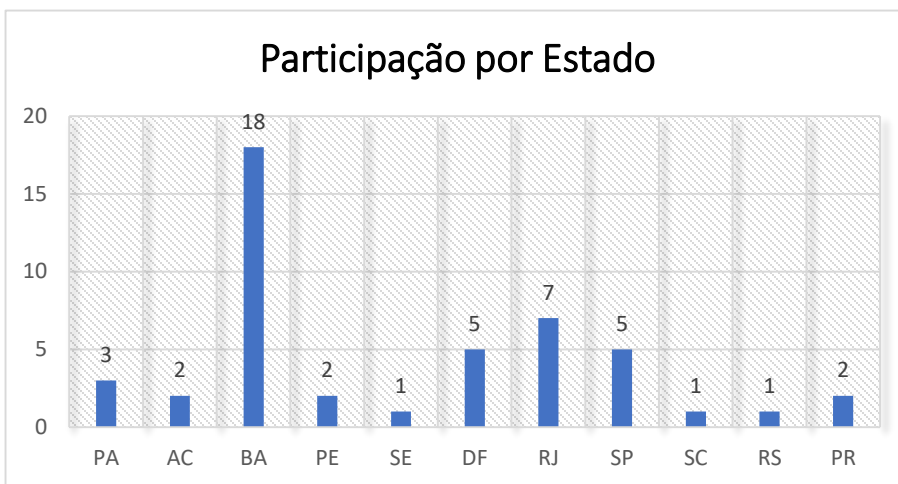
Na noite do dia 11, as representações da Plataforma MORSC BA e CONFOCO/BA organizaram um arraial com um grupo de farró, Pé na Chinela, para a diversão de todas e todos.



Momentos



Perfil das Participações



Avaliação

Foram coletadas 20 avaliações de participantes. A avaliação consistiu em 7 perguntas, abertas e fechadas, como se vê nas imagens abaixo.



**SEMINÁRIO NACIONAL DA PLATAFORMA MROSC
& VI ENCONTRO DAS SIGNATÁRIAS**
10-12 Junho – CTL Itapuaé – Salvador/BA

AValiação

1. De forma geral, qual o seu nível de satisfação com o Seminário Nacional da Plataforma MROSC e VI Encontro das Signatárias? 

1.a.  Do que gostei.....
.....

1.b.  Do que não gostei.....
.....

2. Como você avalia a organização do evento, em relação a:

2.a. Comunicação 

2.b. Seleção 

2.c. Local da Oficina 

2.d. Alimentação 

3. Como o Seminário e o VI Encontro das Signatárias contribuiu para seu conhecimento e/ou aprofundamento sobre a Plataforma MROSC?


Algum comentário?
.....
.....

Realização 

4. Qual seu nível de satisfação em relação às informações apresentadas?


Gostaria de fazer alguma sugestão nesse sentido?
.....

5. Se o volume de informações foi demasiado – o que, em sua opinião, poderia ser retirado?
.....

6. Outros comentários
.....
.....

7. Sugestões para o próximo encontro
.....
.....

Realização de 

Avaliação: Resultados

1. De forma geral, qual o seu nível de satisfação com o Seminário Nacional da Plataforma MROSC e VI Encontro das Signatárias?



Do que gostei

- Da possibilidade de expressão e da dinâmica do trabalho\
- Conhecer mais um pouco do MROSC, do aconchego como mãe com bebê
- Em geral foi tudo muito bom, sobretudo a acolhida
- De conhecer a realidade de outras regiões e ampliar o horizonte na discussão da lei e sua aplicabilidade
- Praticamente de tudo
- Da possibilidade de aprender e futuramente multiplicar os conhecimentos a partir do MROSC
- Intercambio, conhecimento da situação do MROSC nos estados
- Diversidade de participantes
- Mesa com parlamentares
- Das informações, pois nos empodera a defender as nossas instituições e nesse aprendizado podemos também auxiliar nossos companheiros
- Da troca de experiências das realidades diversas
- Conhecer outras realidades oriundas da gestão irresponsável por parte dos gestores, amizades novas.
- Local, organização, conteúdo, trocas de experiências
- Da troca, do conhecimento, pois aprendi bastante sobre os resultados e expectativas de várias OSCs
- Das conexões, resultado das redes articuladas, entender mais um pouco do MROSC, possibilidade cidadã em rede nacional, do cuidado com as mães que puderam trazer seus filhos
- No geral gostei das participações que estiveram presentes no seminário. Parlamentares, representantes da PGE, Defensoria e das regiões brasileira.
- A troca de conhecimento entre os estados sobre as demandas, avanços e desafios
- Gostei da liberdade para inscrição na atividade e do debate em geral com muitas dúvidas esclarecidas
- Do aprofundamento do debate acerca dos rumos da Plataforma, novas ênfases, temáticas, etc
- Gostei da organização e do acolhimento do Comitê Facilitador, visto que foi a minha primeira vez no encontro das signatárias

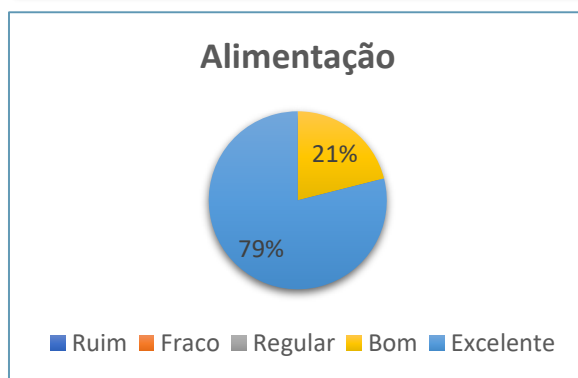
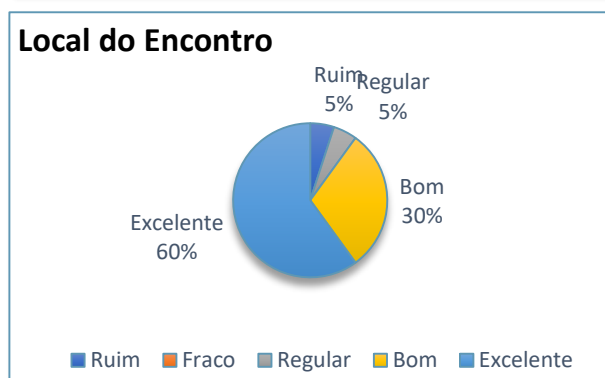
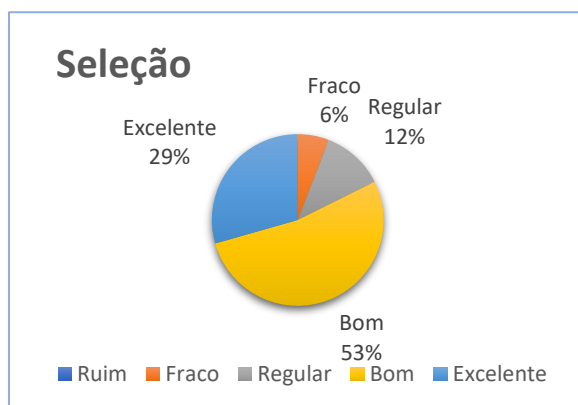
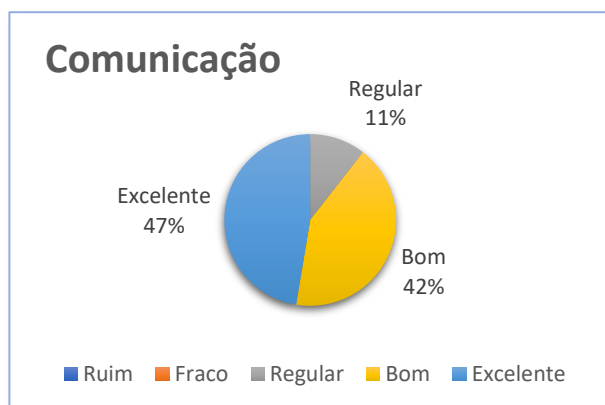
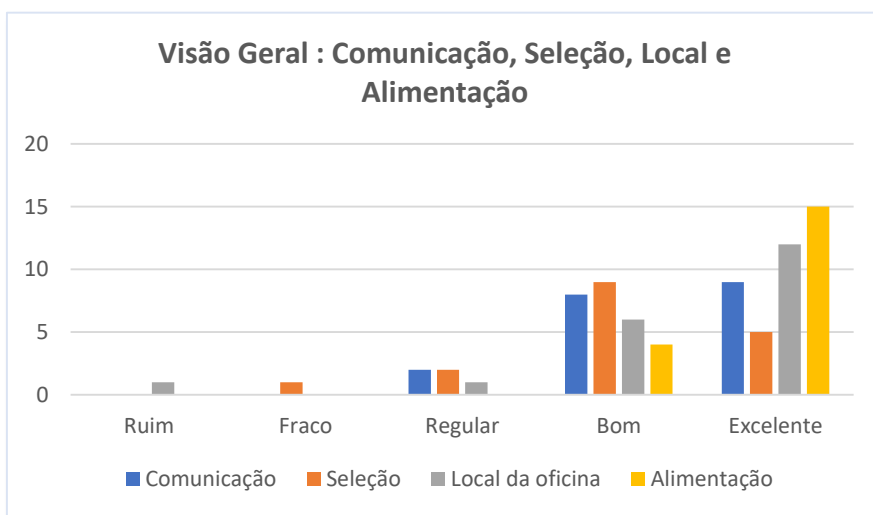


Do que não gostei

- Maior envolvimento das OSCs locais (mesmo sendo um evento nacional, seria importante a interação informal com OSCs locais
- Perceber a disputa de quem está a frente da plataforma - algumas pessoas
- A dinâmica do assunto com os órgãos do estado
- Não tem o que não gostei. Achei ótimo o evento
- De não ter pessoas de pequenas organizações numa mesa específica; da falta de abertura de alguns participantes para acolher quem está chegando.
- Pouco tempo para reflexão
- Poderia ter trazido no seminário um painel mais amplo sistematizado de pontos de desafio
- Da dificuldade de chegar ao local
- A pouca participação
- Do não controle do tempo de fala dos participantes, da mesa palestrante e dos outros participantes
- Da falta de palestrantes negros.
- A falta de representatividade negra na mesa. Pelo movimento ser na Bahia, achei que veria mais representatividade negra
- As mesas lembravam a novela da Globo, que passava na Bahia, mas não se via os negros. Na Bahia não tem advogados, defensores públicos negros? Kd o Brasil?
- Apesar do local ser muito bom, fica distante
- Talvez do tempo do evento. Percebi que seria necessário mais tempo para tratar do que foi proposto
- A necessidade de apresentar com mais ênfase o CONFOCO, como se relaciona a Plataforma/Confoco
- Fala dos parlamentares no momento em que acompanhei
- Acredito que faltou representatividade negras nas mesas

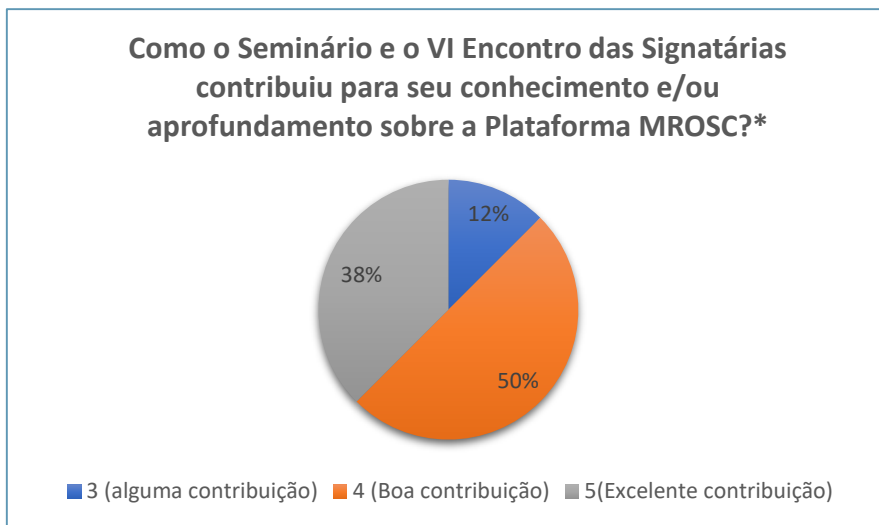
Avaliação: Resultados

2. Como você avalia a organização do evento, em relação a: a) comunicação; b) Seleção; c) Local da Oficina; d) Alimentação.



Avaliação: Resultados

3.



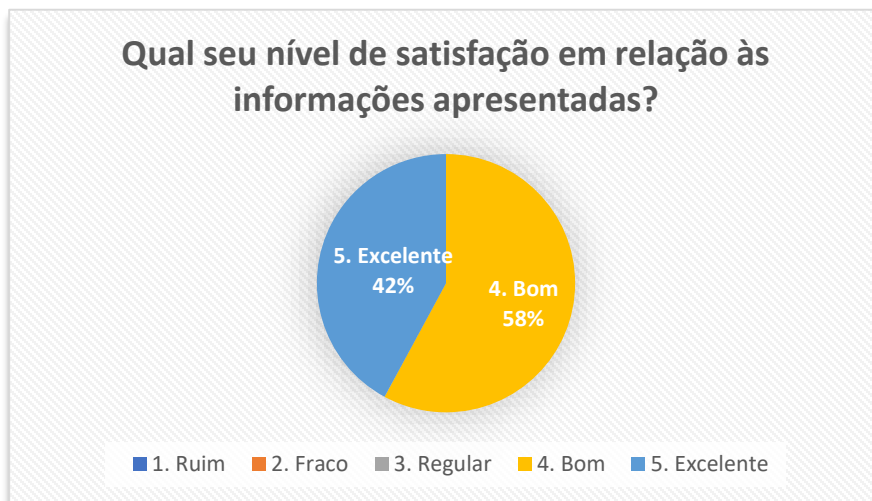
* Pontuação de 01 a 05, considerando 01 como nenhuma contribuição, crescendo até 05 como excelente contribuição

Comentários

- Os debates foram enriquecedores. Que possamos atingir com sensibilização os diversos municípios
- É um aprendizado constante. Foi bom reforçar a ideia de que o MROSC para além do Marco regulatório é uma forma de consolidar as OSCs
- Realizar mais ações para conhecimento do MROSC e sua efetiva aplicação com poderes públicos
- Certamente como uma organização pequena, e composta por jovens, os conhecimentos através do MROSC vão oportunizar a qualificação de nossas atividades
- Conhecimento sobre o andamento da implementação do MROSC no Brasil
- Percebi a importância de ampliar as capacitações do MROSC nas comunidades
- Tirou muitas dúvidas
- Estimulado para conhecer mais a lei 13.019 - considerando as realidades físico, políticas, geográficas
- Sem palavras para explicar o quanto eu cresci nesses dias
- Sim, mas eu como pequena OSC necessito de mais comunicação, mobilização e capacitação
- Eu não conhecia o MROSC. Como um primeiro encontro pode ter sido animador. Pretendo acompanhar em rede para maior entendimento.
- Meu conhecimento ainda é superficial. Venho buscando me aprofundar participando também desses encontros como seminários, palestras.
- Ficou claro que dentro de cada estado os signatários não dominam ou tem autonomia para assinar qualquer documento ligado a mudanças.
- Considerei muito importante acolher crianças no nosso evento. Me senti representada pois sou mãe e avó.

Avaliação: Resultados

4.



Alguma sugestão?

- Que possamos publicizar as informações adquiridas através das redes sociais
- Enviar apresentações, relatos, bibliografia, tudo que reforce o conteúdo apresentado
- Convidar mais os poderes públicos para ouvir nossos anseios na aplicação do MROSC
- poderia ter apostilas dos decretos por estados
- Mais trabalhos em grupos
- Transversalizar sobre todas as questões
- Gostaria de mais atenção com as instituições pequenas
- Como já foi confirmado, que se efetive os encontros regionais
- Sugiro que a programação próxima leia a carta junto com o direcionamento de interação
- Não. A programação foi boa, as ideias colocadas durante o evento também. Percebi que houve muitas ideias postas que não foram bem entendidas
- Convidar mais palestrantes para debates e apresentações de situações do cotidiano dos movimentos
- Gostaria de mais espaços como esse, para refletir a respeito da regulamentação da lei 13.019

5. Se o volume de informações foi demasiado, o que, em sua opinião, poderia ser retirado? (sem respostas)

6. Outros Comentários

- Parabenizo a todas/os envolvidos no processo de construção e realização deste evento
- Talvez um momento para que as OSCs possam se conhecer mais. Suas experiências
- Realizar uma apresentação melhor e compartilhar as ações positivas, onde ocorreu o MROSC com recursos públicos. Falta protagonismo negro nas mesas.
- Acho que valeria a pena iniciar com uma análise de conjuntura. O tempo presente tem nos colocado desafios diferentes do que tínhamos antes.
- Metodologia- pouco tempo para encaminhamentos, faltou diversidade nas mesas (raça, gênero, etc) maior clareza das relações projeto+plataforma; faltou espaço para visualizar ações e situação das regiões e organizações presentes
- Discussão de governança
- Redução de distâncias políticas no fazer ou pretender a efetivação do MROSC, através da visão crítica à atual conjuntura
- Lamento: só ter participado de uma, digo, um encontro das signatárias. Celebro: as informações e o aprendizado que tive nesse encontro

7. Sugestões para o próximo encontro

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 1. Envolvimento das OSCs locais; 2. Divulgação nos meios de comunicação convencionais; 3. Maior divulgação nas redes sociais; 4. Divulgação das práticas do MROSC • Espaço infantil (se possível), exposições para venda de camisas, botons, bonés e outros com a logo do MROSC • Repetir e crescer! Resistir e lutar! • Compartilhar os resultados positivos do MROSC no Brasil. Para outras organizações tomem como referência • Sugiro que as mesas sejam mais diversas, faltou alguma representatividade. Por ex. uma mulher negra ou homem e vice versa. • Gostaria de poder ouvir mais sobre as experiências concretas das organizações com MROSC • Que seja de prioridade sua realização na região norte, onde percebi grandes dificuldades de implementação do MROSC | <ul style="list-style-type: none"> • Debater mais sobre o conteúdo do MROSC • Mais representantes nas mesas de todos os segmentos da sociedade civil • Um representante por região de estado. Uma mesa mais colorida e que represente o Brasil negro Pindoramixs, lgbt • Apresentar os resultados, como avanços que a plataforma conquistou e que o confoco tem de divergência da Plataforma • Que possamos atingir mais interessados e que o público da sociedade civil seja em maior número • participação de mais instituições de pequeno porte |
|--|--|

Contato das representações

Representação	Organização/Fórum/Rede	UF	Contato de E-Mail
1. Aguinaldo Luiz de Lima	Instituto Redes Para o Desenvolvimento	SP	consultoria@allcontabilidade.com.br
2. Albey Alves	ACEMA	BA	albryanunciacao@bol.com.br
3. Aldiza Soares	Esquel	DF	aldiza@esquel.org.br
4. Alex Federle do Nascimento	Centro D.José Brandão de Castro	SE	alexfederle@gmail.com
5. Aline Viotto	GIFE	SP	plataformaosc@gife.org.br
6. Álvaro Augusto de Andrade Mendes	Associação Brasileira de Redução de Danos	AC	alvaroacre@uol.com.br
7. Camila Veiga	ELO	BA	camila@elobrasil.org.br
8. Candice Araújo	Plataforma BA	BA	candice@caritas.org.br
9. Cíntia Moura Mendonça	Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis	SC	cintiamendonca@hotmail.com
10. Clarice Silva de Oliveira	Instituto de Inclusão e Diversidade Humana	SP	indhuma.org@gmail.com
11. Daniel Rech	Unicopas	DF	rechdaniel@hotmail.com
12. Diana Cleide Chagas	Avante - Educação e Mobilização Social	BA	adm@avante.org.br
13. Edmundo Ribeiro Kroger	Cecup Centro de Educação e Cultura Popular	BA	cecupssa@gmail.com
14. Eduardo Augusto Moraes Zanatta	Filhos do Mundo/Cesol, Codeter/TMS, CEDETER	BA	coletivobahia21@gmail.com
15. Eleutéria Amora	Abong/Camtra	RJ	eleuteria@camtra.org.br
16. Eliana Rolemberg	Cese	BA	elianarolemberg@gmail.com
17. Elisety Veiga Maia	Sociedade Paraense dos Direitos Humanos	PA	mndhregionalamazonia2@yahoo.com.br
18. Érika Azevedo Falchi Araújo	Associação Viver e Crescer	SP	erikavictory@gmail.com
19. Erika Francisca de Souza	ODARA	BA	odarainstituto@gmail.com
20. Fernando Zamban	Cáritas	DF	fernandozamban@caritas.org.br
21. Henrique da Costa Silva	Coletivo Mangueiras	PE	henrique@mangueiras.org
22. Igor Ferrer	Cáritas	DF	juridico@caritas.org.br
23. Iracema Alcântara Costa	Instituto Desenvolvimento do Associativismo Solidário da Bahia	BA	idasb.bahia@gmail.com
24. Isabel Raimunda da Silva Oliveira	Movimento de Libertação da Mulher	BA	isabelraimunda@gmail.com

Representação	Organização/Fórum/Rede	UF	Contato de E-Mail
25. Josete Lima Cavalcante	OSC MMAH - Movimento de Mulheres de Apoio Humanitário	RJ	movimentommah@gmail.com
26. Laís Figueiredo	Assessora Jurídica	SP	lais@sbsa.com.br
27. Lucas Seara	ELO	BA	lucasseara@gmail.com
28. Maria Andrade da Costa	Economia Solidária	AC	jaynexvr@gmail.com
29. Maria de Fátima Matos Silva	Centro de Estudo em Defesas do Negro no Pará	PA	famm1974@hotmail.com
30. Maria de Fátima Silva Rocha	Ct Maanain	BA	fatimaroachag12@hotmail.com
31. Maria de Lourdes do Nascimento	Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade	PA	mmccpa2017@gmail.com
32. Marta Lago	Camtra/Plataforma	RJ	assessoriatecnica@camtra.org.br
33. Mauri Cruz	ABONG	RS	mivacruz@gmail.com
34. Miriam Feliciano de Barros	Associação dos Remanescentes de Quilombos Vila guaxinim	BA	miriamfbarros@gmail.com
35. Nelson Nunes dos Santos	Associação do Coletivo de Entidades Carnavalescas de Matriz Africana	BA	dr.nelsonnunes@hotmail.com
36. Nilcimar Maria Silvestre dos Santos	Associação de Mulheres de Atitude com Compromisso Social	RJ	contato@atitudeamac.org
37. Reginaldo Dias de Miranda	Cáritas Arquidiocesana de Feira de Santana	BA	feiradesantana@caritas.org.br
38. Roberta Kelly	Lar Idosos São Fco de Assis	PE	roberthakelly.convenios@hotmail.com
39. Rodrigo Bonfim	Hospital Pequeno Príncipe	PR	rodrigo.bonfim@hpp.org.br
40. Silvio Rocha Sant'Ana	Esquel	DF	silvio@esquel.org.br
41. Solange Pires Revoredo	Grupo de Apoio a Mulher	RJ	solrevoredo@gmail.com
42. Tereza Cristina Silva	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	RJ	redes@redesdamare.org.br
43. Thelma Oliveira	Hospital Pequeno Príncipe	PR	thelma.oliveira@hpp.org.br
44. Ubirajara Figueiredo Salgueiro	Cooperativa de Jovens Produtores Rurais da Agricultura Familiar	BA	ubirajara26@gmail.com
45. Valéria Rocha Pereira	Associação Beneficente Materno infantil/Gt Mulheres Baixo Sul	BA	vrochap@yahoo.com.br
46. Vanessa Pugliese	CESE	BA	
47. Wanda Guimarães	CEDAPS	RJ	wanda@cedaps.org.br

Peças Gráficas



Acima, da esquerda para a direita: banners do Seminário e VI Encontro das Signatárias, folder (frente e verso) informativo com parte destacável para adesão de OSC à Plataforma MROSC.

Abaixo à esquerda, painel com informações da regulamentação da Lei 13.019/14. À direita, sacola para os materiais das(dos) participantes e adesivo dos blocos de anotação distribuídos.

Peças gráficas desenvolvidas pela designer Isadora Salomão (isasalomao@gmail.com)



Materiais



Cartilha da Plataforma MROSC – para se conhecer um pouco mais da trajetória da Plataforma por um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e seus avanços e desafios no decorrer do tempo. Elaborada pelas assessoras jurídicas da Plataforma Laís Lopes e Paula Storto. Clique na imagem para baixar a cartilha.

Documentos impressos

- Minuta da Nota Pública sobre a MP 870/2019 e a violação ao direito à liberdade de associação, pela Plataforma MROSC/Comitê Facilitador
- Contribuições para o aperfeiçoamento da MP 870, por Eduardo Pannuzio, FGV/GIFE.
- Nota Pública da Plataforma MROSC sobre a MP 870
- Nota Técnica n. 03/2019 do Ministério Público Federal dos Direitos do Cidadão

As notas técnicas podem ser baixadas na página da Plataforma MROSC/Notícias:
<http://plataformaosc.org.br/category/noticias/>



SEMINÁRIO NACIONAL DA PLATAFORMA MROSC & VI ENCONTRO DAS SIGNATÁRIAS

Créditos e agradecimentos

Textos relatoria: Aldiza Soares/ Fundação Esquel

Revisão, concepção e elaboração: Marta Lago/ Assessora Técnica Camtra

Fotos: Andreza Mona/Midia Ninja

Secretaria Operativa da Plataforma:

ABONG/ CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora

Rua da Lapa, 180 /sala 806 – Centro

Rio de Janeiro - Cep. 20021-180

Tel.: + 55 21 2544-0808



Site: <http://plataformaosc.org.br>

 <https://www.facebook.com/plataformaosc/>

E-mail: secretariaplataformaosc@gmail.com

Realização



Apoio

